

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA ANTÔNIA MACHINI COSTA

**LÍNGUA (INGLESA), TRADUÇÃO E ESTRANGEIRIDADE: REPRESENTAÇÕES
DISCURSIVAS E (DE)COLONIALIDADE DO SABER EM *BABEL (OR, THE
NECESSITY OF VIOLENCE: AN ARCANE HISTORY OF THE OXFORD
TRANSLATORS' REVOLUTION)* DE R. F. KUANG**

UBERLÂNDIA

2023

MARIA ANTÔNIA MACHINI COSTA

**LÍNGUA (INGLESA), TRADUÇÃO E ESTRANGEIRIDADE: REPRESENTAÇÕES
DISCURSIVAS E (DE)COLONIALIDADE DO SABER EM *BABEL (OR, THE
NECESSITY OF VIOLENCE: AN ARCAINE HISTORY OF THE OXFORD
TRANSLATORS' REVOLUTION)* DE R. F. KUANG**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Cristiane Carvalho de Paula Brito

UBERLANDIA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe por me mostrar paciência, amor e apoio incondicionais, mas, principalmente, por ser um modelo de dedicação e luz no qual me inspirar. Agradeço ao meu pai por me aceitar como sou e me incentivar de todas as formas cabíveis. Eles fazem o possível e o impossível para que eu consiga realizar meus sonhos.

Agradeço à minha irmã por ser minha alma gêmea e me mostrar o poder que existe em ser nós mesmas. Agradeço ao meu irmão por me ensinar sobre determinação e tranquilidade. Me sinto honrada por ser a irmã mais velha de vocês. Agradeço à Mel, à Madonninha e à Padme, que fazem da minha vida mais bonita mesmo longe.

Agradeço a minhas avós por me nutrirem com histórias de mulheres fortes e cuidadosas. Agradeço ao meu avô por acreditar em mim. Agradeço à Cecília e à Clara por fazerem de Uberlândia um lar, por preencherem meu dia a dia com risos, dramas e brilho. Agradeço às meninas do terceiro andar que, desde 2019, fizeram eu me sentir bem vinda.

Agradeço à minha turma e, especialmente a ‘um espectro ronda a Europa’, que fizeram dessa graduação deliciosa. Agradeço às Olimpíadas de 2020 por me dar o melhor presente que eu poderia ganhar e que eu guardo com muito carinho e zelo.

Agradeço à minha orientadora por ter topado essa pesquisa que desde 2021 circundava minha cabeça, mas dificilmente tomaria forma sem sua ajuda. Agradeço aos professores do IERI por terem me dado os recursos necessários para entender mais sobre o mundo e sobre o que eu quero fazer nele.

Agradeço, por fim, aos meus guias e às histórias que me cercam.

'The question is', said Alice, 'whether you can make words mean so many different things.'

'The question is' said Humpty Dumpty, 'which is to be master, that's all.'

Lewis Carroll, *Through the Looking Glass*

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a (de)colonialidade do saber - como colocada por Quijano (2007) - na obra *Babel: An Arcane History* de R. F. Kuang. Com esse esforço, espera-se contribuir para o entendimento de que objetos estéticos podem performar como ferramentas pedagógicas, necessárias para que temas importantes de diferentes áreas de conhecimento sejam abordados de maneiras não-convencionais e, dessa forma, para que perspectivas antes excluídas ou marginalizadas sejam postas à luz. Para tal, esta monografia utilizou-se do método de revisão bibliográfica para a explicação da Virada Estética - movimento que argumenta a presença da política entre o representado e sua representação -; do Pensamento Decolonial - teoria que questiona o cânone eurocêntrico de produção de conhecimento universal e neutro -; e da Análise de Discurso Pecheutiana - a qual concebe que não há relação unívoca entre linguagem/pensamento/mundo e, portanto, não existem sentidos pré-concebidos e únicos. Como objetivo geral, propusemo-nos a investigar como a (de)colonialidade do saber se constitui discursivamente no livro em questão. Mais especificamente, intentamos: i) identificar representações discursivas de língua (inglesa), tradução e estrangeiridade na obra em tela, ii) discutir como essas representações manifestam a (de)colonialidade do saber no livro e iii) discorrer sobre como o objeto estético reflete e refrata questões e dinâmicas de um tempo e de uma sociedade. Com isso, identificamos representações de língua (inglesa), tradução e estrangeiridade que se imbricam e se sustentam por discursos que reforçam e reproduzem a colonialidade do saber.

Palavras-chave: Relações Internacionais, colonialidade, virada estética, análise de discurso, Babel.

ABSTRACT

The present work has as its theme the (de)coloniality of knowledge - as stated by Quijano (2007) - in 'Babel: An Arcane History' by R. F. Kuang. With this effort, it is expected to contribute to the understanding that aesthetic objects can perform as pedagogical tools, necessary for unconventional approaches of relevant issues from different areas of knowledge, and, in this way, so that perspectives previously excluded or marginalized be brought to light. To this end, this monograph used the bibliographic review to explain the "Aesthetic Turn" - a movement that argues the presence of politics between the represented and their representation -; the Decolonial Thinking - a theory that questions the Eurocentric canon of universal and neutral knowledge production -; and the Pecheutian Discourse Analysis - which conceives that there is no univocal relationship between language/thought/world, and, therefore, there are no preconceived and unique meanings. As a general objective, we proposed to investigate how the (de)coloniality of knowledge is discursively constituted in the book. More specifically, we intend: i) to identify discursive representations of (English) language, translation and foreignness in the work on screen; ii) discuss how these representations manifest the (de)coloniality of knowledge in the book; and iii) debate how the aesthetic object reflects and refracts issues and dynamics of a time and a society. With this, we identified representations of (English) language, translation and foreignness that are intertwined and sustained by discourses that reinforce and reproduce the coloniality of knowledge.

Keywords: International Relations, coloniality, Aesthetic Turn, Discourse Analysis, Babel.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. BABEL COMO OBJETO ESTÉTICO	10
2.1 A Virada Estética	10
2.2 Babel (or, the Necessity of Violence: An Arcane History of the Oxford Translators' Revolution)	13
3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
3.1 (De)colonialidade do saber	18
3.2 Princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso pecheutiana	28
4. REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS: ANÁLISES	34
4.1 Representações da Língua e da Língua Inglesa	36
4.2 Representações de Tradução	45
4.3 Representações de Estrangeiridade	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
Apêndice A - Personagens citados nas sequências discursivas	68
Apêndice B - De-superficialização do corpus	69
Apêndice C - Sequências discursivas traduzidas	79

1. INTRODUÇÃO

Surgida na Europa durante o século XX, a disciplina de Relações Internacionais (RI) tinha como intuito principal desenvolver estudos sobre a guerra, a fim de entendê-la e, com isso, procurar evitá-la. Desde sua criação, as RI se viram comprometidas com teorias e noções de origem anglo-saxã, devido ao “monopólio” exercido pelo Norte global sobre o conteúdo dos estudos internacionalistas (Dulci, 2019). Suas teorias *mainstream* - desenvolvidas e valorizadas sobretudo nos Estados Unidos e na Europa -, como o Realismo, Neoliberalismo e Neorealismo, partem do entendimento de que o pesquisador se encontra a uma distância segura de seu objeto - que, por sua vez, é considerado passível de captura perfeita - e, com isso, é capaz de produzir conhecimentos “objetivos” e “imparciais”. Afirmções epistêmicas deste tipo estão espalhadas por todas as áreas de conhecimento, grande parte devido às empreitadas coloniais dos últimos séculos, responsáveis tanto por suprimir saberes que fujam do positivismo e empirismo, quanto por impor seus moldes, primeiro, aos povos dominados formalmente no colonialismo e, mais tarde, ao mundo todo por meio de controles mais sucintos.

Estas vias de dominação ainda ativas serão reconhecidas nesta monografia como colonialidade. Segundo esta noção, a multiplicidade de conhecimentos é constantemente sufocada por teorias e abordagens que definem o que e como deve ser estudado, tidas como “universais” e “neutras”, rótulos que rechaçamos ao admitir que não há conhecimento deslocalizado e imparcial. Assim, desafiamos, portanto, de três formas diferentes: i) ao estudarmos uma obra literária, advogamos, então, pela ampliação do catálogo de fontes/objetos passíveis de estudo; ii) ao adotarmos a análise de discurso pecheutiana como base teórico-metodológica que parte do pressuposto de que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, discordamos, portanto, de noções como sujeito imparcial ou sentido “verdadeiro” de palavras ou expressões; e iii) ao partirmos da teoria decolonial, reconhecemos o estudo aqui realizado como uma contribuição epistêmica do Sul, contudo, admitimos que é apenas um entre infinitas possibilidades - todas elas válidas e passíveis de coexistência.

Nesse sentido, o presente trabalho procura, a partir dos estudos decoloniais em diálogo com a Análise do Discurso pecheutiana, responder a seguinte pergunta: Como podemos apreender a (de)colonialidade do saber que sentimos em nosso cotidiano na obra *Babel* (or,

the Necessity of Violence: An Arcane History of the Oxford Translators' Revolution) de R. F. Kuang, a partir de representações discursivas de língua (inglesa), tradução e estrangeiridade? Partimos da hipótese de que o livro em questão é, antes de tudo, uma potencial ferramenta pedagógica, e que demonstra, por meio de seu elemento fantástico - as barras de prata encantadas -, como um projeto de poder político-econômico-imperial se debruça, não apenas, mas também e pesadamente, em práticas discursivas que circunscrevem a língua e o estrangeiro dentro de uma matriz colonial do saber.

Esse esforço se justifica na convergência dos escopos teóricos da Análise do Discurso e da virada estética localizada na afirmação de que tanto a linguagem quanto as representações refletem dinâmicas de poder, identidade e mudança no contexto material e são, ainda, essenciais para a manutenção ou ruptura de uma ordem e/ou padrão, sejam eles internos ou externos. Ambas as abordagens teóricas assumem que há um espaço, entre a realidade material e a representação e/ou linguagem, em que a política se manifesta e, portanto, é um local onde os pilares subjetivos da matriz colonial de poder podem atuar. Dessa forma, ao estudar um objeto com maior alcance ao público do que um texto acadêmico e compreender o modo como a colonialidade do saber e suas contrapartidas estão ali retratadas, poderemos constatar se essa obra literária contribui para o entendimento das dinâmicas coloniais em que estamos inseridos.

Assim, para que todas as teorias utilizadas sejam contempladas, a monografia será dividida em três capítulos, localizados entre a introdução e as considerações finais. O primeiro deles tratará, por meio de uma revisão bibliográfica, da Virada Estética e do livro *Babel (or, the Necessity of Violence: An Arcane History of the Oxford Translators' Revolution)*, com o fim de enquadrá-lo como objeto estético e levantar suas implicações para o ensino de relações internacionais e para o aprendizado do Pensamento Decolonial. O segundo capítulo se dedicará ao percurso teórico-metodológico da monografia e apresentará, por meio de uma revisão de literatura, os Estudos Decoloniais em sua profundidade, direcionando a dissertação à colonialidade do saber e, se encerrará com a exposição dos princípios da Análise do Discurso pecheutiana. Por fim, o terceiro capítulo se encarregará de definir língua (inglesa), tradução e estrangeiridade, além de apresentar suas respectivas representações discursivas, e o modo como delimitam o sentido de (de)colonialidade do saber na obra e na nossa realidade.

2. BABEL COMO OBJETO ESTÉTICO

Neste capítulo, justificaremos o uso da obra literária *Babel (or, the Necessity of Violence: An Arcane History of the Oxford Translators' Revolution)* como ferramenta pedagógica. Para isto, foi necessária uma retomada dos fundamentos da Virada Estética, assim como um esforço para explicar tanto a história contada no livro, quanto seus personagens e sua autora.

2.1 A Virada Estética

Por que utilizar um livro de ficção especulativa na monografia? Isso se deve, sobretudo, ao desejo de demonstrar que conhecimento(s) pode(m) ser encontrado(s) e extraído(s) de materiais para além dos tradicionais artigos científicos, como, por exemplo, em obras literárias. Não estamos afirmando, porém, que livros de mais de quinhentas páginas ainda não traduzidos para o português sejam fontes mais fáceis de serem desvendadas do que um texto de periódico de cinquenta páginas. Constatamos, apenas, que materiais alternativos têm o potencial de despertar o interesse de pessoas diferentes, assim como podem: ser mais acessíveis a determinados grupos, contar perspectivas e histórias excluídas das fontes privilegiadas, estimular faculdades para além da racionalidade, nos apresentar outra interpretação de um evento histórico, dentre outras questões.

Já que nenhum conhecimento ou representação pode ser neutro(a), por que não utilizar recursos estéticos que nos forcem a pausar, recuar um passo, refletir e enxergar conflitos e dilemas políticos de novas formas? Por que não tentar ver o mundo a partir de uma ficção escrita por uma autora nascida na China e agora estudante da Universidade de Yale? Como dito por Bleiker (2009) - professor de relações internacionais e um dos expoentes do entendimento estético - em seu texto *Aesthetics and World Politics*:

Já que a arte não é a linguagem do hábito, já que procura o novo, o diferente, o negligenciado, pode até mesmo criar um certo “alerta mental e emocional” - um incentivo a refletir sobre e repensar aquilo já tido como certo, a ir além do dogma e promover debates sobre questões que de outra forma permaneceriam silenciadas ou marginalizadas. (...) É neste sentido que a arte é eticamente relevante: ela desafia a tendência moderna de reduzir o político ao racional (Blaiker, 2009, p. 11, tradução nossa)¹.

¹ Since art is not the language of habit, since it searches for the new, the different, the neglected, it may even create a certain ‘mental and emotional alertness’ – an encouragement to reflect upon and rethink what has been taken for granted, to move beyond dogma and promote debate about issues that would otherwise remain silenced or marginalised. (...) It is in this sense that art is ethically relevant: it challenges the modern tendency to reduce the political to the rational (Bleiker, 2009, p. 11).

O livro *Babel: An arcane history* nos conta, através da trajetória do jovem Robin, cantonês e levado à Inglaterra ainda criança para aprender a traduzir, sobre o colonialismo e o imperialismo britânico, além de nos dar bases para pensar a colonialidade ainda vigente. Esta história, como outros mundos fictícios, refletem as dinâmicas de poder, identidade e mudança notadas no internacional e se apresentam como meios de lidar com estas e compreendê-las, cultivando uma maior sensibilidade sobre o político e modelando nossa visão de mundo enquanto sujeitos (Bleiker, 2009, Callahan, 2020). O movimento que se dedica a reivindicar objetos estéticos como fontes válidas de conhecimento e que valoriza o papel das representações na demonstração de padrões e procedimentos é a chamada “Virada Estética” (Bleiker, 2009), originada nas décadas de 1980 e 1990, quando contestações sobre a base positivista das teorias tradicionais de Relações Internacionais cresciam juntamente com o número de estudos que recorriam a fontes estéticas para repensar a política mundial (Barros, 2006, Bleiker, 2009). Dessa forma, esta perspectiva se coloca como uma alternativa às abordagens tradicionais da área de Relações Internacionais, como o realismo e os estudos estratégicos, denunciando sua abordagem mimética e alegando que a fixação pela empiria - e a própria definição desta - reduz o escopo dos estudos e os mecanismos passíveis de serem mobilizados no esforço acadêmico (Bleiker, 2009).

É importante destacar, porém, que este movimento não espera que tenhamos respostas claras e diretas a partir das representações estéticas, nem que estas nos poupem de tirar nossas próprias conclusões e de assumir a responsabilidade por elas, mas sim que elas nos acrescentem visões de experiências e acontecimentos antes silenciadas ou apresentadas de outra forma: “Mas, embora a arte não nos possa dizer como parar as guerras ou prevenir o terrorismo e o genocídio, pode dar-nos uma visão destas experiências e dos sentimentos que temos sobre elas.” (Bleiker, 2009, p. 12 tradução nossa). Assim, podemos definir a Virada Estética como um movimento epistemológico de abordagem estética que reconhece que 1) as representações de um objeto e/ou contexto não são - nem podem ser - cópias exatas do dito objeto e/ou contexto em si; 2) que, nessa discrepância entre o representado e a representação, reside a política; e 3) os elementos estéticos possuem um papel ativo na criação de e na influência sobre os eventos políticos (Bleiker, 2009, Hozic, 2016).

Além disso, o entendimento estético se baseia no reconhecimento de que o processo de significação é inerentemente incompleto, visto que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca e, como tal, pode ser entendida, relatada e experienciada de múltiplas formas. Tendo isto em mente, entendemos que não há como

capturar os fatos do mundo de forma direta, sendo sempre necessária a interpretação, exercício que, por sua vez, será determinado, em certo grau, por nossa relação com a história e com o fato em questão (Bleiker, 2009). A representação é, portanto, resultado da interpretação feita por alguém de algo e não pode ser tomada como cópia da realidade, mas, é a partir dessas representações que construímos sentidos, opiniões, condutas, entendimentos de mundo, etc., o que nos leva a concluir que a representação é um local de disputa política e, logo, o político e cultural não podem ser separados (Bleiker, 2009, Weldes, 2003). Segundo Jutta Weldes (2003) o cultural, e aqui incluímos todas as variações de objetos estéticos - inclusive obras literárias -, tanto auxilia na criação e na sustentação das condições para a política global contemporânea quanto desafia o senso comum e contesta o que se dá como certo e errado.

Justamente pelo fato dos objetos estéticos nos oferecerem diversas vias de acesso à política a depender dos discursos neles expressos, produzidos ou encenados, e da cultura ser capaz de construir ou mudar narrativas, assim como de produzir e transformar identidades, Neumann e Nexon (2006) apresentam diferentes formas de se analisar a intersecção entre cultura popular e política internacional. É preciso, entretanto, fazer uma ressalva: estes autores têm a **cultura popular** como objeto a ser relacionado às relações internacionais, prática que não tomaremos neste trabalho já que a categorização deste livro em especial como cultura popular ou pop é demasiadamente complicada, principalmente tendo em vista os preços dos livros no mercado brasileiro e o fato de que não se trata de uma obra amplamente conhecida e consumida, a qual ainda não foi traduzida para o português, mas, ainda assim, uma obra literária pode ser, em certos contextos, mais acessível do que textos acadêmicos. Por isso, substituímos o termo “cultura popular” por **objetos estéticos**, pois entendemos que as formas de se analisar essa intersecção se mantêm válidas.

Em seu livro *Harry Potter and International Relations*, Neumann e Nexon apresentam quatro caminhos para este tipo de esforço: o primeiro deles, denominado “objetos estéticos e política”, trata das relações de causa e efeito que envolvem esses dois elementos - vai dar conta, portanto, de como processos políticos influenciam um objeto estético ou como este estimula processos políticos -; o segundo é chamado de “objetos estéticos como espelho” e se dedica a pensar maneiras como os primeiros podem ser usados como ferramentas pedagógicas na explicação de processos políticos, de eventos históricos e de noções importantes para as Relações Internacionais; o terceiro, por sua vez, trata os objetos estéticos “como fontes de dados”, em outras palavras, são tidos como evidência de normas, crenças, identidades, etc.; e,

por fim, tem-se o “objetos estéticos como constitutivos”, que se refere às decisões tomadas por sujeitos que adquirem valores, ideias e informações - os quais os guiarão nas ações e resoluções - por meio de objetos estéticos.

Como dito anteriormente, argumentamos, neste trabalho, que o livro *Babel: An Arcane History* possui potencial para ser usado como ferramenta pedagógica pois explica as dinâmicas de colonização e imperialismo que levaram o mundo a ser o que é hoje. Ademais, por ser uma obra literária, pode alcançar um público para além dos estudantes de RI e ciências sociais, os quais exaustivamente estudam e produzem sobre o tema. Isto, por sua vez, permite que os sujeitos se aproximem de suas próprias histórias e entendam as relações de colonialidade que ainda os prendem. Para além disso, reconhecemos a importância de se apresentar a origem dos objetos estéticos analisados, principalmente quem os constituiu - quem “capturou” certa imagem - já que foi o responsável por decidir o que seria retratado, de que forma e sob qual ângulo, fatores que vão delinear nossa interpretação (Callahan, 2020). Por isso, apresentaremos Rebecca F. Kuang.

2.2 Babel (or, the Necessity of Violence: An Arcane History of the Oxford Translators’ Revolution)

Rebecca F. Kuang nasceu em Guangzhou, na China, no ano de 1996. Hoje é tradutora chinês-inglês, mestra em Estudos Chineses Contemporâneos pela Oxford e doutoranda em Línguas e Literaturas do Leste Asiático em Yale (Kuang, 2023). Seus trabalhos “A Guerra da Papoula”, “*Babel: An Arcane History*” (2022) e “*Yellowface*” estiveram entre os livros mais vendidos do New York Times, rendendo à Kuang o título de autora *best-seller* número um (Kuang, 2023). Sua obra mais conhecida, a trilogia *Poppy War*, é uma fantasia militar histórica épica, inspirada na Segunda Guerra Sino-Japonesa, na qual é contada a história militar chinesa no século XX e a ascensão de Mao Tsé-Tung ao poder; foi finalizada em 2020, e venceu o prêmio Astounding e Hugo, além de ter sido indicado aos prêmios Crawford e Compton Crook para livro de estreia (Kuang, 2023). Seu trabalho mais recente é *Yellowface*, lançado em maio deste ano (2023), o qual discute, em primeira pessoa, questões de racismo e apropriação cultural, tanto na indústria editorial quanto na sociedade branca ocidental, onde vozes asiático-americanas são constantemente apagadas (Goodreads, 2023a).

Babel: An Arcane History, por sua vez, lançado em 2022, é um romance de ficção especulativa e, por isso, se passa numa versão fantástica de Oxford na década de 1830, alterada pelo “trabalho com prata”. Nesta história, contada em terceira pessoa, a prata possui

uma propriedade especial capaz de manifestar o significado perdido na tradução: ao encravar, por exemplo, a palavra *invisible* - “invisível, impossível de se ver” - em um dos lados da barra deste metal, e a palavra *wúxíng* - “invisível, amorfo, inexistente” - de outro, a prata terá o poder não apenas de deixar invisível quem ou o que a estiver tocando, no momento da pronúncia, mas também sem matéria, disforme, fora deste plano. Assim, na tradução da palavra chinesa (*wúxíng*) para sua correspondente mais próxima em inglês (*invisible*), sentidos são “perdidos”, mas podem ser manifestados por meio da prata. Devido a este recurso, e já assumindo o enorme estoque do metal adquirido por meios de pirataria e da exploração colonial, a Grã-Bretanha se tornou a maior potência militar e econômica da época, afastando ainda mais seus concorrentes quando Babel - ou o Instituto Real de Tradução - se concretizou como o maior centro de tradução do mundo todo.

Com isso, chegamos a três conclusões iniciais: 1) o entendimento de tradução neste livro não é o de substituição ou transferência, advogado por teóricos como J. C. Catford² e Eugene Nida³; 2) tendo em vista o funcionamento da prata neste mundo fictício, existe a necessidade dos seus criadores ou pronunciadores serem **fluentes** - devem viver e respirar nessas línguas - pois só assim o sujeito teria acesso a estes sentidos enterrados; e 3) quanto mais distantes os significados das palavras encravadas sejam, mais distorção há para ser manifestada. Seguindo adiante, as traduções inglês-línguas românicas, como francês, português, espanhol e italiano, tiveram um *boom* após a descoberta dessa propriedade, já que eram consideradas válidas - não eram meros “dialetos” como as dos povos originários foram rotulados - e eram privilegiadas pela proximidade e o maior número de relações entre os Estados-nação falantes. Dessa forma, as barras de prata eram usadas em toda oportunidade para deixar a vida (de ingleses e de quem possuísse condições para adquiri-las) e o projeto imperial mais fáceis. Entretanto, com o aumento do contato entre elas - seja por comércio ou política - as “conversões” ficaram cada vez mais comuns, automáticas: palavras de determinada língua passaram a ser cada vez mais “emprestadas” para o uso cotidiano em outra; os sentidos não-imediatos foram gradativamente naturalizados ou esquecidos.

A alternativa escolhida, então, foi a expansão dos trabalhos do Instituto para línguas não europeias e, é aí que nossa história começa de fato. Em 1828, em Cantão, um garoto presenciou sua mãe morrendo de cólera, doença que também o acometia. Quando suas forças estavam quase se exaurindo, um homem branco chamado Professor Lovell chegou à sua casa

² Em “Uma teoria linguística da tradução”, 1980.

³ Em “Language structure and translation”, 1975.

- onde ninguém, além do garoto, restava -, o salvou utilizando uma barra de prata com palavras encravadas e o levou a um lugar seguro, onde, por sua vez, propôs levar o garoto para a Inglaterra. Sob as condições de seguir um rigoroso cronograma de estudos de línguas - incluindo inglês (o qual ele sabia o básico já que sua governanta o ensinava), latim, grego antigo e chinês - e de se aposar de um nome que “ingleses poderiam pronunciar”, o agora nomeado Robin Swift aceitou a guarda de um homem que nunca havia visto antes.

Após anos de rígidos estudos, Robin foi matriculado no Instituto Real de Tradução da Universidade de Oxford - o centro mundial de tradução -, local em que passaria os próximos anos contribuindo para a expansão do conhecimento para o uso da Coroa Britânica. Junto a ele, Ramiz Rafi Mirza - natural de Calcutá e falante de urdu, árabe e persa -, Victoire Desgraves - haitiana, filha de escrava e falante de francês, crioulo haitiano e kreyòl - e Letitia Price - inglesa, falante de alemão e francês - foram matriculados em Babel, constituindo, então, a nova turma de tradução. É entre estes personagens que a maior parte da história se passa, tendo em vista que estudam e moram juntos - os meninos em uma moradia próxima da universidade e as garotas em uma mais distante - além do fato óbvio de que entendiam as nuances de serem estrangeiros e/ou mulheres no centro de um império racista e machista. Importante destacar que apenas Babel, dentre todas as faculdades de Oxford, aceitavam pessoas não-brancas e mulheres como estudantes e discentes e, portanto, a vida destes sujeitos fora do Instituto era no mínimo complicada.

Nesta graduação os alunos estudam, além de tradução, gramática, literatura, etimologia, fonologia, e muitas outras propriedades da língua. Após a conclusão do curso - o qual era altamente prestigiado na universidade e na sociedade -, os tradutores poderiam se dedicar à tradução de documentos jurídicos e literários, à interpretação de escrituras e diálogos ou ao trabalho com prata. A fim de demonstrar como o poder do Instituto era amplo e estratégico, Kuang imaginou a torre, altamente securitizada - apenas alunos e professores conseguiriam entrar nela, já que o prédio era equipado com barras de pratas que reconheciam apenas o sangue destes sujeitos como inofensivo -, com oito andares, cada um dedicado a uma área de atuação: o *lobby*, onde a conexão academia e sociedade era feita e, logo, onde aconteciam as vendas de barras de prata; o segundo andar, dedicado ao estudo de documentos legais; o terceiro, reservado para os intérpretes; o quarto, onde as obras literárias eram exploradas; o quinto era a grande biblioteca; no sexto ficavam as salas de instrução; o sétimo, os escritórios dos professores; e, por fim, no oitavo, se concentrava o trabalho com prata.

Ao decorrer do livro, notamos Robin em conflito interno devido à tensão entre a grandeza e privilégio de dedicar sua vida ao conhecimento ao lado de sua nova família (seu *cohort*) e o fato de que isso servia a um país que tentava subjugar o seu e já dominava muitos outros. Por isso, já em suas primeiras semanas em Oxford, o protagonista se junta à Sociedade de Hermes após flagrar seus integrantes num roubo. Esta organização secreta, espalhada pelos continentes, se dedica a impedir a expansão imperial através de desvio de barras de prata para grupos resistentes e revolucionários nas colônias. Sua célula em Oxford, tendo em vista a necessidade de acesso à torre e às barras, era majoritariamente constituída de estudantes estrangeiros de tradução - pelo menos é o que se infere, já que pouco é falado para Robin, e portanto, para nós - entre eles Griffin - também chinês, ex-estudante de Babel⁴ e o responsável por convencer o protagonista a se juntar a eles. A partir de então, Robin passa a receber missões esporádicas para o desvio de barras e materiais de referência até que ele e seu grupo são enviados para a China, onde as tensões se escalonavam.

A insatisfação da Coroa e das grandes companhias de comércio inglesas em relação ao Império Chinês se deviam à recusa deste de sujeitar-se ao livre comércio como colocado pelos britânicos, além do fato de que a prata fluía aos montes em direção ao Estado chinês:

Este país está se empanturrando de importações do Oriente. Eles não se cansam da porcelana, dos armários lacados, das sedas chinesas. E do chá. Céus. você sabe quanto chá é exportado da China para a Inglaterra todo ano? (...) Nós gastamos milhões e milhões em chás chineses a cada ano, e nós pagamos em prata. Mas a China não tem um apetite recíproco pelos bens ingleses. (...) Os chineses não precisam de nada que nós vendemos; eles conseguem produzir sozinhos tudo o que precisam. Então a prata continua fluindo para a China, e não há nada que os britânicos possam fazer sobre isso porque não podem alterar o funcionamento da oferta e demanda (Kuang, 2002, p. 175 e 176, tradução nossa).⁵

Assim, Robin foi requisitado nas negociações entre Jardine, Matheson & Co. e o Alto Comissário Imperial Lin Zexu sobre a abertura dos portos chineses ao ópio. Ao ser convidado a uma conversa particular com o comissário, Robin contou a verdade: que os ingleses nem os viam como humanos e que não parariam de assediá-los até que sua demanda fosse acatada e, então, uma nova forma de assédio se iniciaria. Logo depois disso, toneladas de ópio foram

⁴ Uma pequena ressalva: não há algo como um “ex-estudante de Babel”. Uma vez estudando/trabalhando no Instituto, a única forma de desvinculação é a morte ou o desaparecimento (forjados).

⁵ This country is gorging itself on imports from the Orient. They can't get enough of China's porcelain, lacquered cabinets, and silks. And tea. Heavens. Do you know how much tea gets exported from China to England every year? (...) We spend millions and millions on tea from China every year, and we pay for it in silver. But China has no reciprocal appetite for British goods. (...) The Chinese don't need anything we're selling; they can produce everything they want on their own. So silver keeps flowing to China, and there's nothing the British can do about it because they can't alter supply and demand. (Kuang, 2022, p. 175 e 176).

queimadas nos portos, ocasionando na intensificação das tensões: ao retornarem às pressas para a Inglaterra, já se depararam com um parlamento pronto para discutir a matéria.

Depois de vários esforços por parte da Sociedade de Hermes de conscientizar e mobilizar a sociedade britânica contra a guerra, após diversas perdas e tentativas, Robin e seus simpatizantes tomam a torre interrompendo todos os serviços de tradução⁶ de Oxford e, aos poucos, da Inglaterra. Partindo do entendimento de que Babel era outro dos muitos recursos em que o Império Inglês se sustentava, Robin e seus companheiros iniciam uma greve, informando que apenas parariam quando a guerra fosse negada no Parlamento, entretanto, a sociedade inglesa cada vez mais se voltava contra os “estrangeiros que os ameaçavam”, negando a barganha. O livro, em suma, levanta a reflexão: “podem as instituições poderosas ser mudadas a partir de dentro, ou a revolução exige sempre violência?” (Goodreads, 2023b).

Antes de seguirmos para o percurso teórico-metodológico, ressaltamos que, para fins de melhor entendimento da análise presente no Capítulo 3, incluímos como “apêndice A” uma tabela com os personagens presentes nas sequências discursivas selecionadas.

⁶ A fim de exponenciar seus lucros, Babel produzia e vendia barras de prata com efeitos finitos, necessitando, portanto, do serviço de manutenção constante de seus tradutores.

3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo visa oferecer ao leitor as bases teóricas que serão usadas na análise - presente na próxima seção. Desta forma, iniciar-se-á com uma síntese da teoria decolonial, oferecendo sua definição, seus principais expoentes, suas implicações e noções fundamentais. Em seguida, o mesmo será feito com a Análise de Discurso pecheutiana, destacando os princípios utilizados por esta metodologia.

3.1 (De)colonialidade do saber

Os estudos acerca da colonialidade - entendida como um lado constitutivo da Modernidade - tiveram seu início ao final da década de 1980, com o sociólogo peruano Aníbal Quijano, cujos textos iniciaram o Pensamento Decolonial⁷ e, desde então, vêm se tornando uma forte linha teórica para as Relações Internacionais (Mignolo, 2017). Entretanto, o pensamento e as ações decoloniais se fazem presentes desde o século XVI, quando se originaram, na América do Sul e no Caribe - localidades alvos do processo de colonização em suas primeiras etapas -, reações à invasão e à imposição europeia (Mignolo, 2017). É a partir do reconhecimento de que a civilização ocidental - países europeus atlânticos e Estados Unidos, majoritariamente - coloniza epistemologicamente o Sul que se dá início ao “giro decolonial”, um esforço para a “consolidação de uma perspectiva epistemológica própria rumo à autonomia e à emancipação dos povos latino-americanos e caribenhos” (Dulci, 2019, p. 3).

O Pensamento Decolonial, portanto, pretende construir um referencial latino-americano e lutar contra o eurocentrismo em seu elemento epistemológico admitindo que a Modernidade e a colonialidade são fenômenos que se constituem e dependem um do outro (Espanhol, 2017). Suas fontes são essencialmente latina e sul americanas, admitindo que a vivência da colonização e colonialidade nesta região se difere das encontradas em outras, afetando, conseqüentemente, sua perspectiva de mundo. A corrente decolonial parte do pressuposto de que, por mais que os processos de colonização tiveram seu fim formal, dinâmicas de dominação ainda existem e são responsáveis por submeter as nações

⁷ Cabe, porém, uma justificativa quanto ao uso do termo “decolonial” ao invés de “descolonial”, o qual melhor se aproxima das línguas portuguesa e espanhola, faladas na região onde se originaram os estudos decoloniais. A escolha se deu tendo em vista à maior circulação do primeiro termo nas pesquisas acadêmicas, o que se constitui num exemplo de rigor científico imposto pelo Norte Global, já que, em inglês, a língua escolhida para as produções científicas reconhecidas, o verbo “descolonizar” se traduz como *decolonize*, sem a letra “s” assim como suas variações o são.

“periféricas” às nações “centrais” - também chamadas de Norte Global -, muitas vezes coincidentes às metrópoles dos séculos passados (Quijano, 2007).

Importante, portanto, explicar o termo “Norte global”: tanto as teorias pós-coloniais quanto as decoloniais reconhecem a existência de uma divisão global do trabalho responsável por reproduzir a lógica da geopolítica colonial e neoliberal (Ballestrin, 2021). A partir dessa partilha, constitui-se um Norte global, onde são criadas teorias pretensiosamente universais que são exportadas para o Sul, no qual estamos e em que os indivíduos locais são vistos, de acordo com a lógica epistêmica colonial, como produtores de um conhecimento menos refinado e científico (Ballestrin, 2021).

Prosseguindo, Mignolo (2017) advoga que a colonialidade foi necessária para o evento da modernidade - iniciado com o Renascimento da civilização ocidental - referente, por sua vez, à estrutura de administração e controle, originada tanto na transformação econômica do Atlântico quanto no “salto” de conhecimento ocorrido internamente na Europa e entre esta e suas colônias (Mignolo, 2017). Utilizando-se do “nó histórico e estrutural Modernidade/Colonialidade”, o movimento propõe a perspectiva decolonial como uma alternativa epistêmica, teórica e política por meio da qual se entende o mundo marcado pela colonialidade. Para Mignolo (2017), estes nós “(...) significam que nenhum (elemento do par) é independente de qualquer outro, como qualquer nó é provavelmente relacionado de duas ou mais maneiras divergentes.” (Mignolo, 2017, p. 10). Dessa forma, entendemos que o colonialismo nas Américas construiu as condições para que o liberalismo europeu se concretizasse (Lowe, 2009).

A Modernidade é aqui entendida, portanto, não como um processo iniciado internamente na Europa e explicada apenas pelas ações e posturas desse continente, como a visão eurocêntrica leciona, mas sim como um processo histórico originado na operação colonial, na qual padrões e violências foram estabelecidos, num primeiro momento, na América Latina e do Sul e, mais tarde, no continente africano e asiático, pela civilização ocidental (Mignolo, 2017). Esta civilização, por sua vez, se fundamenta na i) colonização do tempo, produzida a partir da invenção renascentista da Idade Média; e na ii) colonização do espaço, criada a partir da colonização e descoberta do “Novo Mundo” (Mignolo, 2017).

Já o conceito “colonialidade” foi introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao final dos anos 1980. Esta nomeia uma dimensão constituinte da trajetória da civilização ocidental desde o Renascimento, até os dias de hoje, da qual fazem parte diversos

colonialismos históricos (Mignolo, 2017). Para ele, a modernidade iniciou-se com as invasões de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac e trata-se de uma narrativa bem elaborada originada na Europa, que celebra suas conquistas enquanto esconde seus atos de violência (Mignolo, 2017). Nas palavras de Quijano:

Uma relação de dominação direta, política, social e cultural foi estabelecida pelos europeus sobre os subjugados de todos os continentes. Essa dominação é definida por um colonialismo eurocêntrico específico. Politicamente, sobretudo em seus aspectos formal e explícito, essa dominação colonial foi derrotada na grande maioria dos casos. A América foi o primeiro estágio dessa derrota e, em seguida - depois da Segunda Guerra Mundial - a Ásia e África. Assim, o colonialismo eurocêntrico, no sentido de um sistema formal de dominação política pela Europa Ocidental sobre os demais, parecia uma questão do passado. (...) Contudo, essa estrutura colonial específica de poder produziu discriminações sociais específicas que mais tarde foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”, de acordo com os tempos, os agentes e as populações envolvidas. Estas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial eurocêntrica, foram até assumidas como categorias “objetivas”, “científicas” e, portanto, adquiriram significado histórico. Em outras palavras, foram tidas como fenômenos naturais, não determinadas pelo poder. (...) Essa estrutura foi, e ainda é, a estrutura dentro da qual operam as outras relações sociais de classes ou Estados. Na verdade, se observarmos as principais linhas de exploração e dominação social em escala global, as principais linhas do poder mundial, e a distribuição de recursos e de trabalho entre a população mundial hoje, fica evidente que a grande maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são precisamente os membros das “raças”, “etnias”, ou “nações” nas quais as populações colonizadas, foram categorizadas no processo de formação desse poder mundial, desde a conquista da América em diante (Quijano, 2007, p. 168 e 169, tradução nossa).⁸

Indo além, a colonialidade é, ainda, a forma mais geral de dominação no mundo, por mais que não seja a única, é a principal estrutura de exploração e dominação entre os povos (Quijano, 2007). Para melhor entendê-la, utiliza-se o conceito de Matriz Colonial de Poder (MCP) - compreendida, de forma geral, como uma estrutura de controle e administração de quatro domínios inter-relacionados: o da economia; o da autoridade; o do gênero e sexualidade; e o do conhecimento e subjetividade, conduzidas pelos europeus ocidentais

⁸ A relation of direct, political, social and cultural domination was established by the Europeans over the conquered of all continents. This domination is known as a specific Eurocentered colonialism. In its political, above all the formal and explicit aspect, this colonial domination has been defeated in the large majority of the cases. America was the first stage of that defeat, and afterwards, since the Second World War, Asia and Africa. Thus the Eurocentered colonialism, in the sense of a formal system of political domination by Western European societies over others seems a question of the past.(...) However, that specific colonial structure of power produced the specific social discriminations which later were codified as ‘racial’, ‘ethnic’, ‘anthropological’ or ‘national’, according to the times, agents, and populations involved. These intersubjective constructions, product of Eurocentered colonial domination were even assumed to be ‘objective’, ‘scientific’, categories, then of a historical significance. That is, as natural phenomena, not referring to the history of power. (...) This power structure was, and still is, the framework within which operate the other social relations of classes or estates. In fact, if we observe the main lines of exploitation and social domination on a global scale, the main lines of world power today, and the distribution of resources and work among the world population, it is very clear that the large majority of the exploited, the dominated, the discriminated against, are precisely the members of the ‘races’, ‘ethnies’, or ‘nations’ into which the colonized populations, were categorized in the formative process of that world power, from the conquest of America and onward.(Quijano, 2007, p. 168 e 169).

interna e externamente (Mignolo, 2017). Estes quatro domínios são sustentados pelos tentáculos da raça, da classe e do patriarcado (Lowe, 2009; Mignolo, 2017). Esta matriz também foi introduzida por Quijano, mas utilizaremos a explicação presente no texto “Colonialidade: O lado mais escuro da Modernidade”, do professor argentino Walter Mignolo.

O primeiro dos domínios se constitui na imposição dos modos de trabalho e a fixação pelo lucro capitalista - a qual se espalha por todas as instituições da sociedade contemporânea -, perseguido acima de tudo até os dias de hoje. O segundo se refere tanto às estruturas de poder no que tange às instituições de governo que seguem exemplos europeus e norte-americanos desde que a América Latina foi invadida - sendo a democracia liberal um exemplo disso - quanto às estruturas mais reduzidas e presentes nas famílias mononucleares e regidas por um “pai de família” fundamentadas na tradição patriarcal. O terceiro diz respeito à imposição da heterossexualidade como norma, além da introdução e manutenção de formas de sujeição da mulher e das características ditas femininas ao homem e às características tidas como masculinas. E, por fim, o quarto controle denuncia a exportação de um conhecimento local, assim como seus métodos e rigor científicos, sob o rótulo de universal.

Entendemos então, a matriz colonial como “uma estrutura lógica que sublinha a totalidade da civilização ocidental e como uma lógica administrativa que agora se estendeu para além dos atores que a criaram e administraram. Nós estamos dentro da matriz.” (Mignolo, 2017, p. 10). A convergência da manipulação de todos esses aspectos da vida humana fundaram a ideia de que o progresso, como definido pelo Norte Global em termos capitalistas, deve ser perseguido às custas dos indivíduos não brancos, não cis-héteros, não cristãos, não europeus. Entretanto, refletindo sobre o controle do conhecimento, Walter Mignolo salienta que:

O conhecimento na MCP era uma faca de dois gumes: por uma lado, era a mediação para a ontologia do mundo, assim como um modo de ser no mundo (a subjetividade); por outro, uma vez que o conhecimento era concebido imperialmente como verdadeiro conhecimento, se tornou uma mercadoria para ser exportada àqueles cujo conhecimento era alternativo ou não moderno, segundo a teologia cristã e, depois, a história secular e as ciências (Mignolo, 2017, p. 8).

Neste sentido, o controle da subjetividade e do conhecimento esteve presente em e contribuiu para a sustentação de todas as etapas da lógica da colonialidade, sempre apresentadas de forma positiva na retórica da modernidade. Fases essas que se separam pelo tipo de discurso empregado na justificativa da dominação: na primeira delas, tem-se a

narrativa da salvação das almas dos povos originários por meio da conversão ao cristianismo - momento em que a teologia era central no Antigo Regime europeu; mais tarde, surge o discurso do progresso - apoiado na missão civilizatória dos Estados europeus que, por sua vez, se debruçava sobre os ideais cientificistas ascendentes; e, por fim, tem-se a etapa viva até hoje, sustentada pela ideia de desenvolvimento, de modernização e da democracia - fortalecidas após o fim da Guerra Fria quando o mundo passou a ser dividido entre os “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” e uma quantidade massiva de estudos que privilegiavam a democracia liberal como modo de governo foram reconhecidos pela sociedade internacional (Mignolo, 2017).

É merecedor de nota, porém, o fato de que tanto o teologismo quanto o secularismo - bases em que as narrativas se justificaram - foram fundados pelos mesmos sujeitos (cristãos, homens e que presumiam relações heterossexuais) e que, em ambos os casos, a geopolítica e a “corpo-política”, tidas como a configuração biográfica de gênero, religião, classe, etnia e língua, da conformação de conhecimento acabou por ocultar saberes, culpando deus ou a razão (Mignolo, 2017).

Essas ocultações e repressões foram feitas, no escopo do domínio da subjetividade e do conhecimento, tendo em vista hierarquias criadas a partir do nó histórico e estrutural “modernidade/colonialidade”. Foi estabelecida uma hierarquia estética, a qual, por meio de instituições de arte, literatura, teatro, etc., administra os sentidos e sensibilidades e fixa normas do belo e do sublime, definindo o que é arte e o que não é, por exemplo (Mignolo, 2017). Além desta, tem-se a hierarquia epistêmica, que privilegia o conhecimento e cosmologia ocidentais em detrimento das demais, institucionalizada no sistema universitário global, assim como nas editoras (Mignolo, 2017). E, por fim, se faz presente a hierarquia linguística, responsável por favorecer a comunicação e a produção do conhecimento teórico nas línguas europeias, ao mesmo tempo que advoga que as demais línguas são inferiores por produzirem “apenas” folclore ou cultura (Mignolo, 2017).

Esta última hierarquia fundamenta o eurocentrismo ao controlar o conhecimento não só pela dominância das próprias línguas - demonstradas nas línguas dos periódicos mais reconhecidos no mundo acadêmico, por exemplo -, mas, também, das categorias em que o pensamento se baseia. Para Quijano, a relação colonial se iniciou com a colonização da imaginação dos subjugados, partindo de uma repressão sistemática de crenças, ideias, imagens, símbolos e conhecimentos, o que se deu simultaneamente à expropriação de saberes

relacionados ao seu trabalho, produto, e estruturas (Quijano, 2007). Enquanto modos de saber, de significação e de produzir perspectivas originários eram reprimidos, os colonizadores impunham o uso de suas próprias crenças, imagens e padrões de expressão como referenciais, o que serviu “não apenas para impedir a produção cultural dos dominados, mas também como um meio muito eficiente de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática.” (Quijano, 2007, p. 169, tradução nossa)⁹.

Tomemos como exemplo o termo *pachamama*, o modo como os *amautas* e os *yatiris* aimarás entendem e nomeiam a relação humana com a energia que engendra e mantém a vida, se aproximando do que podemos chamar de Mãe Terra (Mignolo, 2017). Para esses sujeitos, não há distinção entre “natureza” e “cultura”, conceito em que os indivíduos também estão inclusos, enquanto que, para os cristãos ocidentais, a “natureza” existia em contradistinção à “cultura” e externamente ao humano (Mignolo, 2017). Portanto, a relação humana com a natureza e com o *pachamama* eram coisas extremamente diferentes, assim como os saberes a partir deles construídos. De acordo com o semiólogo argentino (2017), a revolução colonial teve a implementação do conceito ocidental de natureza simultânea ao descarte do conceito originário como o primeiro movimento no domínio do conhecimento e da subjetividade.

Mignolo não é o único a escrever sobre a distinção entre humanidade e natureza. Em “A Vida não é útil” e em “Ideias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak se posiciona:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (Krenak, 2020, p. 83).

Somos mesmo *uma* humanidade (e não uma diversidade irreduzível de modos humanos de viver em sociedade)? E somos mesmo uma *humanidade* (e não uma rede inextricável de interdependências do humano e do não humano)? (Krenak, 2019, p. 42 e 43).

Krenak, neste e em outros trabalhos, além de condenar a divisão imposta pela lógica ocidental entre nós e a natureza, nos coloca questões sobre o conceito de humanidade, assim como Achille Mbembe (2016), Lisa Lowe e Kris Manjapra (2019). A noção central de “o humano” se baseia numa definição europeia moderna particular de Homem e o presume como agente central tanto da história e da sociedade quanto da estética, efetuando e mantendo uma colonialidade do conhecimento contínua responsável por naturalizar projetos imperiais

⁹ (...) served not only to impede the cultural production of the dominated, but also as a very efficient means of social and cultural control, when the immediate repression ceased to be constant and systematic. (Quijano, 2007, p. 169).

(Lowe; Manjapra, 2019). A imposição desse “humano” como universal e exclusivo está intrinsecamente ligada ao esquecimento e à opressão de “outras humanidades”, assim como diferentes formas de vida, de cultura, de conhecimento, de estética e de mundo (Lowe; Manjapra, 2019).

Como alternativa, Lowe e Manjapra (2019) sugere um conceito do “humano” que não seja isomórfico e trans-histórico, abrangendo o “o homem” do projeto colonizador e suas variadas formas heterogêneas que continuamente emergem, se transformam e se refazem. Mbembe (2016), por sua vez, reforça que os seres humanos fazem parte de uma história não unicamente sua, mas sim compartilhada com várias formas de vida, sejam elas entidades ou espécies. Uma opção seria repensar o humano a partir da perspectiva de sua finitude e de sua possível extinção, o que nos levaria a um novo entendimento da ontologia, epistemologia, da ética e da política, entretanto, isso só seria possível se superássemos a divisão entre natureza e cultura (Mbembe, 2016). O autor continua:

O intuito não é excluir humanos, apenas não tratá-los como um tipo especial de objeto. É indicar objetos não-humanos sem tratá-los como veículos para conteúdos humanos. Não é um chamado para se prestar mais atenção aos objetos do que aos sujeitos. É transformar o sujeito em um objeto entre muitos outros, minando seu lugar privilegiado, central ou fundamental dentro da filosofia e da ontologia. Sujeitos são objetos entre objetos. (Mbembe, 2016, p. 43, tradução nossa).¹⁰

É preciso desconcertar a centralidade do humano, todas as demais existências não podem se dar a partir do enunciado do antropocentrismo “(...) que tudo marca, denomina, categoriza e dispõe- inclusive os outros, parecidos, que são considerados quase humanos também.” (Krenak, 2022, p. 84 e 84).

Concentremo-nos, contudo, no controle do saber e da subjetividade, apoiado - como os demais domínios da matriz - nas hierarquias estética, linguística e epistêmica construídas a partir da modernidade/colonialidade. A denominada colonialidade do saber trata-se da percepção do eurocentrismo impregnado nos conhecimentos universalmente difundidos e advindos do Norte Global (Mbembe, 2016). Os europeus produziram e impuseram uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimento e significado, os quais foram colocados, num primeiro momento, fora do alcance dos dominados (Quijano, 2007). Mais tarde, esses padrões foram ensinados a uma parcela seletiva da população

¹⁰ The project is not to exclude humans, but to treat them as a particular type of object. It is to indicate non-human objects without treating them as vehicles for human contents. It is not a call to pay attention to objects rather than subjects. It is to transform the subject into one object among many others, undermining its privileged, central or foundational place within philosophy and ontology. Subjects are objects among objects. (Mbembe, 2016, p. 43).

colonizada, com a finalidade de cooptá-los para as instituições de poder, as quais foram introduzidas pelos colonizadores (Quijano, 2010). A partir de então, a cultura europeia passou a ser uma aspiração: era o caminho ao poder, uma forma de participar das autoridades e a possibilidade de alcançar o “desenvolvimento” material tal qual a Europa e seus projetos (Quijano, 2007).

Torna-se difícil a reprodução e manutenção das culturas não-europeias fora dos padrões culturais dos governantes e, dessa forma, os sobreviventes são obrigados a utilizar os modos de expressão intelectual de seus algozes (Quijano, 2007). A partir disso, a decolonialidade do saber visa a produção, difusão e validação de vários saberes, com diferentes bases epistemológicas, ontológicas e metodológicas, que existirão em relações horizontais e não hierarquizadas (Mbembe, 2016). Para tal, tem-se um projeto descolonizador majoritariamente constituído de duas pautas: a primeira delas se refere à crítica ao modelo acadêmico eurocêntrico dominante, o que os autores latino americanos comumente chamam de “colonialidade epistêmica”; e a segunda diz respeito ao questionamento de qual seria a alternativa a tal modelo (Mbembe, 2016).

Este modelo hegemônico promove a contínua produção de teorias baseadas em princípios e tradições europeias e envolve um conhecimento antropológico particular, o qual visa conhecer os “Outros” - nunca reconhecidos plenamente como sujeitos pensantes e produtores de conhecimento (Mbembe, 2016). Acerca da última pauta, duas iniciativas para o contorno da colonialidade do saber exploradas por Lowe e Manjapra serão comentadas ao final desta seção, por agora, basta dizer que se reconhece o esgotamento do padrão pretensiosamente universal surgido a partir do Iluminismo (Mbembe, 2016). Logo, a descolonização envolve, entre outras coisas, a inversão da maré de burocratização notada nas instituições de ensino superior; a quebra do ciclo que transforma estudantes em clientes e consumidores; a interrupção da gestão de universidades de acordo com princípios empresariais; o repensar de campos, áreas e nomeações de regiões institucionalizados na universidade moderna; o questionamento do conceito de “humanidade”; a inclusão de variadas línguas e linguagens artísticas, superando a oferta única das línguas imperiais e suas histórias (Mbembe, 2016, Lowe; Manjapra, 2019); interessar-se pelas “preservações e crioulizações forçadas e criativas de línguas indígenas, ocupadas ou colonizadas face à sua tentativa de eliminação” (Lowe; Manjapra, 2019, p. 5 e 6, tradução nossa)¹¹.

¹¹ (...) it is interested in both forcible and creative preservations and creolizations of Indigenous, occupied, or colonized languages in the face of their attempted elimination (Lowe; Manjapra, 2019, p. 5 e 6).

Se aproximando de suas reflexões acerca da humanidade antes exposta, os autores reforçam:

No entanto, o ponto não é simplesmente multiplicar geografias, linguagens ou perspectivas, nem praticar convenções que reiterem presunções de determinação cultural de cima para baixo. É antes considerar relações dinâmicas ao invés de singularidades inertes, transfiguração ao invés de imutabilidade, irregularidade ao invés de continuidade linear (Lowe; Manjapra, 2019, p. 6, tradução nossa)¹².

Ao pensar no humano de forma diversa da noção plastificada do padrão eurocêntrico, incentiva a revisão da disciplina, do método e do arquivo - os materiais sobre o qual nos debruçamos para produzir conhecimento (Lowe; Manjapra, 2019). Isso vale, também, para expandirmos nossas pesquisas para além dos arquivos escritos - os quais, muitas vezes, estabilizam o poder colonial e são inacessíveis a ou não utilizados por certos sujeitos e comunidades -, explorando, por exemplo, objetos materiais e procurar neles noções de agência e resistência (Lowe; Manjapra, 2019).

O levantamento feito até o momento pode levar o(a) leitor(a) a notar a centralidade das universidades no esforço decolonial. Atualmente, a aspiração de estudar numa universidade está colada ao desejo de se tornar uma mão de obra qualificada, o que está diretamente ligado às reflexões colocadas por Mbembe em seu texto “*Decolonizing the university: New directions*”. Para o historiador camaronês (2016), as universidades são, hoje, grandes sistemas de controle autoritário, padronização, classificação e de penalidades e créditos - os quais vêm sendo perseguidos ao invés da livre busca pelo conhecimento. São, acima de tudo, um “fator chave de produção na globalização do capitalismo do conhecimento.” (Mbembe, 2016, p. 39, tradução nossa)¹³.

Enquanto notamos a ação dos mercados globais nas reformas universitárias no mundo todo, também percebemos que as instituições de ensino superior da América Latina e do Sul, do continente africano e asiático estão “ocidentalizadas”, em outras palavras, performam um modelo acadêmico dominante baseado num cânone epistêmico europeu (Mbembe, 2016). Isso significa que é reproduzida a ideia de que o modo ocidental é o único capaz de produzir conhecimento, desconsiderando os demais e, com isso, é um cânone que retrata o colonialismo como uma relação normal entre seres humanos, ocultando a exploração e opressão que a constituiu (Mbembe, 2016). Ademais, essas tradições epistêmicas advogam o

¹² Yet the point, of course, is not to simply multiply geographies, languages, or perspectives, nor to practice conventions that reiterate presumptions of top-down cultural determination. It is rather to consider dynamic relations rather than inert singularity, transfiguration rather than immutability, irregularity rather than linear continuity (Lowe; Manjapra, 2019, p. 6).

¹³ a key factor of production in globalizing knowledge capitalism. (Mbembe, 2016, p. 39, tradução nossa).

distanciamento entre aquele que estuda e o que é estudado, se baseando ontologicamente na divisão entre mente e mundo, razão e natureza e produzindo um conhecimento supostamente objetivo, universal e independente do contexto (Mbembe, 2016).

O problema desse cânone é, antes de tudo, que ele tenha se tornado hegemônico:

Essa noção hegemônica de produção de conhecimento gerou práticas científicas discursivas e configurou moldes interpretativos que tornam difícil pensar fora deles. Mas isso não é tudo. Essa tradição hegemônica também reprime qualquer coisa que seja articulada, pensada ou imaginada fora desses moldes (Mbembe, 2016, p. 33, tradução nossa)¹⁴.

Já em relação à aproximação entre universidade e mercado, Mbembe destaca o fenômeno chamado *denationalization of education*, traduzida aqui como “desnacionalização da educação”, cujo objetivo é produzir inovações de maneira mais eficaz para a incrementação dos mercados globais e do capital transnacional, por meio de espaços educacionais pós-nacional ou parcialmente desnacionalizados responsáveis por aumentar a disponibilidade de uma força de trabalho qualificada (Mbembe, 2016). Esse processo está ligado à “quinta liberdade” - a liberdade de circulação do conhecimento -, noção conveniente aos países ricos, devemos mencionar.

Então, qual seria a alternativa à universidade - enquanto uma extensão de um modelo eurocêntrico supostamente universal e reproduzido praticamente no mundo todo graças ao internacionalismo comercial? Mbembe (2016) nos sugere a ideia de pluriversidade, a qual objetiva um processo de produção de saberes vulnerável à diversidade epistêmica, adepta a um diálogo horizontal entre diferentes bases de conhecimento e que procura a transcendência das divisões disciplinares hoje já naturalizadas. A pluriversidade não prevê que a opção descolonial seja a única, ela é uma entre muitas e argumenta que todas as outras são, igualmente, opções, o que nos remete diretamente ao Tratado Político do Exército Zapatista de Libertação (EZLN), o qual pode ser resumido pela frase “um mundo em que muitos mundos coexistirão” (Mignolo, 2017, p. 13).

Por fim, nos falta comentar as iniciativas de Lisa Lowe e Kris Manjapra de contorno da colonialidade do saber. A primeira delas é demonstrada - com interessantes objetos de estudo, diga-se de passagem - no texto “*Comparative Global Humanities After Man: Alternatives to the Coloniality of Knowledge*”, um trabalho conjunto de ambos os autores.

¹⁴ This hegemonic notion of knowledge production has generated discursive scientific practices and has set up interpretive frames that make it difficult to think outside of these frames. But this is not all. This hegemonic tradition also actively represses anything that actually is articulated, thought and envisioned from outside of these frames (Mbembe, 2016, p. 33).

Trata-se de um método baseado na relatividade, na *analytic of relation*, que considera escalas, relações e conflitos assimétricos, inteligências e contextos incomensuráveis e que vão além da figura do homem (Lowe; Manjapra, 2019). Já a segunda, discutida por Lowe (2009), diz respeito ao lugar do gênero autobiográfico nos estudos das histórias de escravidão e império, tomando como exemplo a comparação entre os efeitos produzidos pelos textos *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African, Written by Himself* (1789) e *Child of Empire: Racializing Subjects in Post World War II Britain* de Hazel Carby - um manuscrito não publicado.

3.2 Princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso pecheutiana

A análise de discurso surgiu na década de 1960, constituída entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise: enquanto questiona o apagamento da historicidade da primeira, herda tanto o materialismo histórico do segundo - sobre o qual argumenta que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente - quanto a noção de sujeito da Psicanálise (Orlandi, 2005). Fundada por Michel Pêcheux (1938-1983), filósofo francês, a modalidade também contesta a suposta transparência da linguagem sobre a qual as Ciências Sociais se assentam, e procura demonstrar que não há neutralidade nem no uso mais cotidiano e banal da linguagem (CEDU, 2023; Orlandi, 2005). O método então fundado por Pêcheux demanda, ao longo de todo o trabalho, um ir-e-vir entre teoria, consulta ao corpus e análise (Orlandi, 2005).

Os objetivos da análise de discurso são, portanto, problematizar maneiras de ler - incentivando os sujeitos a se perguntarem sobre o que produzem e o que ouvem -, além de mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca e, dessa forma, promover uma relação menos ingênua com a linguagem (Orlandi, 2005). Para tal, a modalidade trabalha a relação língua-discurso-ideologia, entendendo que é a partir desta - da ideologia - e da memória do sujeito que os sentidos são formados, o que nos informa, por sua vez, que a análise de discurso não procura o sentido “verdadeiro” do que é dito (Orlandi, 2005). Em outras palavras, ao interpretar e contemplar um texto, o método pretende perceber como o discurso se materializa na estruturação deste, como ele produz (efeitos de) sentidos e constitui os sujeitos (Orlandi, 2005).

Assim, o texto, que pode ser oral ou escrito e possuir qualquer extensão, é utilizado apenas como unidade que permite ao analista ter acesso ao discurso. Mas afinal, o que é o discurso? Embora a língua e a gramática lhe interessem, a análise de discurso observa o homem falando, a “prática de linguagem” a qual, por sua vez, é compreendida como a

mediação necessária entre o humano e a realidade natural e social (Orlandi, 2005). Como colocado por Orlandi (2005):

Não atravessamos o texto para extrair, atrás dele, um conteúdo. Paramos em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos - e os sujeitos - nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. É a isso que referimos quando dizemos que na Análise Linguística e na Análise de Conteúdo se trabalha com produtos e na Análise de Discurso com os processos de constituição (dos sujeitos e dos sentidos). (Orlandi, 2005, p. 91).

De forma geral, ao invés de se perguntar “o que este texto tem a dizer?”, como faz a análise de conteúdo, a análise de discurso pergunta “como este texto significa?”, já que enxerga o texto como possuidor de uma materialidade simbólica e significativa (Orlandi, 2005).

A teoria em questão trabalha com a materialidade histórica da linguagem, explorando as propriedades discursivas que referem a língua à história para significar (Orlandi, 2005): determinada palavra só possui determinado sentido pois foi pronunciada sob tais condições e por tal pessoa, ativando determinadas redes de sentido que o sujeito tem para si a partir de sua ideologia e sua história. O discurso pode, então, ser definido como efeito de sentido entre locutores, é onde podemos observar a relação entre língua e ideologia e, com isso, compreender como a primeira produz sentidos por/para sujeitos, é nele, também, que observamos processos de constituição desses e de produção de sentidos, não se tratando de uma mera transmissão de informação (Orlandi, 2005).

É importante destacar que, quando discorremos sobre discurso e texto, não estamos falando da mesma coisa. Tendo a definição de discurso oferecida acima, entendemos o texto como um exemplar do discurso, uma unidade em relação à situação, se constituindo num objeto de interpretação e em material da análise de discurso (Orlandi, 2005). Os textos o são porque significam, mas são provisórios e heterogêneos: contêm diferentes materiais simbólicos - imagem, som, grafia, etc -, assim como natureza das linguagens diversa - escrita, oral, científica, literária, etc - e variadas posições do sujeito (Orlandi, 2005). O que interessa à análise de discurso é “como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo” (Orlandi, 2005, p. 69). Assim como texto e discurso, sujeito e autor não são as mesmas coisas: o autor delimita-se como função específica do sujeito e implica disciplina e organização - o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto (Orlandi, 2005).

Partindo, então, para a noção de sujeito utilizada pela análise de discurso, já inferimos que esse é afetado tanto pelo real da língua quanto pelo real da história - para produzir

sentidos e se constituir como tal, o sujeito é sujeito de e sujeito à (língua e à história) -, mas não possui controle sobre o modo como elas o afetam já que o inconsciente se faz presente, e, portanto, o sujeito só tem acesso a parte do que diz (Orlandi, 2005). Como ponto de partida, devemos entender que i) não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia - para sê-lo, o indivíduo já foi/é interpelado pela ideologia -, e ii) para que haja sentido, a língua - como sistema sintático passível de jogo - deve estar inscrita na história, o que chamamos de discursividade (Orlandi, 2005).

Além disso, o sujeito discursivo também é pensado como “posição”, um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz (Orlandi, 2005). Quando pensamos no sujeito desta forma, conversamos diretamente com o conceito de formação imaginária presente na perspectiva discursiva. Esse princípio está entre outros mecanismos necessários para a produção de discursos e é baseado na afirmação de que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz, especialmente numa sociedade constituída por relações hierarquizadas como a nossa (Orlandi, 2005). No entanto, não se trata dos sujeitos físicos nem dos lugares empíricos e objetos do discurso, mas sim de suas imagens criadas a partir de projeções, as quais permitem que as situações empíricas se tornem posições do sujeito no discurso - na análise discursiva, não se menospreza a força que a imagem tem na constituição do dizer, na verdade, para esta perspectiva, o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem (Orlandi, 2005). Assim, as formações imaginárias podem ser definidas como uma série de projeções que entram em jogo nas enunciações, designando lugar do interlocutor, do outro e do referente.

Seguindo adiante, é de uma determinada relação do sujeito - afetado pela língua - com a história que se determina o sentido, fator e produto incompletos que se constituem e funcionam em relação a outros (Orlandi, 2005). Os sentidos, por sua vez, não estão soltos, são sempre “administrados” e determinados ideologicamente, o que se prova na necessidade inerente de interpretação na leitura: sempre que nos perguntamos “o que isso significa?” interpretamos e, ao mesmo tempo, negamos a interpretação, naturalizando uma falsa transparência (Orlandi, 2005). Entendemos a ideologia como mecanismo estruturante do processo de significação - é ela que coloca o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência ao produzir evidências -, e não como visão do mundo, conjunto de representações ou ocultamento da realidade, a ideologia é, portanto, a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos (Orlandi, 2005).

Essa “estrutura-funcionamento” se materializa na linguagem e é a partir dela que as

palavras “colam” com as coisas, dessa forma, entende-se que os sentidos não são conteúdos, nem podem ser literais, únicos ou prévios, não estão guardados em algum lugar para encontrarmos, mas se trata de um sentido “instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso” (Orlandi, 2005, p. 52). A partir da reflexão sobre sentidos e ideologia, alcançamos o princípio das formações discursivas, definidas como “aquilo que, numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2005, p. 43). As entendemos, portanto, como tudo aquilo que pode ou deve ser dito de determinado lugar, delimitadas pela formação ideológica de quem interpreta. O conceito de formações discursivas, juntamente com o de formações imaginárias, nos ajudam a entender o porquê das palavras mudarem de sentido segundo as posições de quem as emprega, além de possibilitar que o analista estabeleça regularidades no funcionamento do discurso (Orlandi, 2005).

Anteriormente, durante a tentativa de se explicar os sentidos, a memória foi citada. Na análise de discurso, a tratamos como memória discursiva ou interdiscurso, definido como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2005, p. 33). Como colocado por Orlandi (2005) nessa mesma página, de forma mais acessível: “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. Dessa maneira, o interdiscurso é o já-dito que fica na base do dizível, responsável por sustentar todos os demais discursos ao construir uma história de sentidos, entretanto, se trata de uma memória da qual não temos controle (Orlandi, 2005). O interdiscurso significa, em última instância, a relação de determinado discurso com uma multiplicidade de outros, representando assim a alteridade, e se conecta facilmente com o “esquecimento nº1” ao fazer uso da ilusão de que nossa fala se origina em nós (Orlandi, 2005). Enquanto a memória discursiva se localiza no eixo da constituição, sua contraparte, o intradiscurso - que se refere a aquilo que dizemos num dado momento, sob dadas condições - pertence ao eixo da formulação e é determinado pela primeira (Orlandi, 2005).

Os esquecimentos da análise de discurso se aproximam bastante do inter e intradiscurso. O esquecimento número 1, citado anteriormente, diz respeito à ilusão de sermos a origem do que dizemos, enquanto, na verdade, retomamos sentidos pré-existentes ao falar, cujos significados vão além daquilo que queremos transmitir (Orlandi, 2005). Este é um esquecimento ideológico, vinculado ao inconsciente, e resultado da forma pela qual somos afetados pela ideologia: “os sujeitos ‘esquecem’ que já foi dito - e este não é um

esquecimento voluntário - para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos” (Orlandi, 2005, p. 36). Já o esquecimento número 2 é da ordem da enunciação e produz em nós a ilusão referencial, que, ao nos convencer de que existe uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, nos faz acreditar que o que dizemos só pode ser dito com aquelas exatas palavras (Orlandi, 2005). Portanto, o segundo pertence à ordem da enunciação e se trata de um esquecimento parcial e semi-consciente - muitas vezes recorremos, voltamos a ele e repensamos (Orlandi, 2005).

Já acerca do procedimento de análise em si, Eni Orlandi (2005) nos orienta que “devemos procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia” (Orlandi, 2005, p. 71).

O dispositivo de análise que será formulado para determinado estudo deverá permitir que o analista trabalhe numa posição não neutra, mas relativizada frente à interpretação, a qual aparece em dois momentos: no próprio objeto de análise - já que o falante também interpreta e essa interpretação deverá ser descrita - e na análise em si, em que tentaremos fazer sentido dos discursos ali notados (Orlandi, 2005). Tendo diante de nós um texto, a unidade da qual partiremos, o remetemos imediatamente a um discurso que explicita em suas regularidades determinadas formações discursivas, as quais, finalmente, ganham sentido devido à formação ideológica dominante que enxergamos naquela conjuntura (Orlandi, 2005).

A análise se inicia no próprio ato de estabelecimento do corpus e se organiza a partir da natureza do material e à pergunta que a requisitou (Orlandi, 2005). De forma geral, o percurso que nos permite passar do texto para o discurso possui 3 etapas. A primeira delas se refere à conversão do corpus bruto, ou superfície linguística, em um objeto teórico, de-superficializado linguisticamente (Orlandi, 2005). Isso é feito por meio de um trabalho com paráfrases, sinonímia, relação do dizer e não dizer, etc., o que em outras palavras, significa desnaturalizar a relação palavra-coisa explorando o esquecimento número 2: buscar o motivo pelo qual x foi dito com aquelas palavras e não outras, e se isso corresponde a alguma formação discursiva (Orlandi, 2005).

Na segunda etapa, passamos do objeto para o processo discursivo, ou seja, passamos do delineamento das formações discursivas à sua relação com a ideologia, ao nos perguntarmos como se constituem os sentidos desse dizer (Orlandi, 2005). Tendo em mente

que as palavras refletem sentidos presentes em discursos possíveis, imaginados ou já realizados, notamos, mais uma vez, como a história se faz presente na língua (Orlandi, 2005). Por fim, a terceira etapa trata do processo discursivo - responsável pelo modo como o texto significa - na qual, uma vez atingida,

(...) o texto ou textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles - e outros que nem conhecemos - são parte. (Orlandi, 2005, p. 72).

Seu material empírico é a formação ideológica, enquanto o da primeira etapa é o texto e o da segunda é a formação discursiva (Orlandi, 2005). Relevante frisar que após um processo de análise, os textos permanecem abertos a novas análises, o discurso é inesgotável (Orlandi, 2005).

Em nosso trabalho, a de-superficialização do corpus (*Babel*) pode ser encontrada no apêndice B. Ao marcarmos as sequências discursivas, entendidas como “(...) conjunto de enunciados recortados do escopo da manifestação em estudo” (SANTOS, 2004 *apud* Brito, 2020, p. 5347), que nos remetiam à tradução, à língua (inglesa) ou à estrangeiridade, nos atentamos às regularidades por elas representadas. Em seguida, as colocamos em tabelas a fim de oferecer um contexto rápido do trecho - apresentando qual sujeito as pronunciaram e em qual situação -, além de identificar regularidades no texto. Em seguida, depois de definir o enunciado das representações escolhidas, selecionamos as sequências que consideramos mais pertinentes para a localização da (de)colonialidade do saber na obra literária. Por fim, rastreamos discursos presentes nas sequências responsáveis por sustentarem cada representação. Nos pareceu importante realizar esse percurso para permitir a problematização de concepções e memórias naturalizadas em que se baseiam o conhecimento, dito universal, e suas metodologias e epistemologias (Brito, 2020).

4. REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS: ANÁLISES

Este capítulo objetiva apresentar os conceitos de tradução, língua e estrangeiridade escolhidos para os fins da pesquisa e, em seguida, como cada uma dessas categorias foi representada ao decorrer do livro *Babel: An Arcane History*. Já nos adiantamos a constatar que as representações de cada uma delas foram variadas, devido aos diferentes contextos, locutores e alocutários que performaram durante a história, as quais serão exploradas para um entendimento abrangente do colonialismo praticado naquele momento histórico - ao decorrer do século XIX -, oferecendo, portanto, a perspectiva tanto dos impositores dessa lógica quanto dos dominados por ela.

Entretanto, antes de tudo, será necessário apresentar ao leitor o que se entende por representação discursiva. Como apresentado anteriormente, a Análise de Discurso e a Virada Estética entendem que a representação de algo ou alguém - seja ela discursiva ou estética - não pode ser uma cópia exata do dito objeto, visto que o locutor já é influenciado por sua trajetória e ideologia no ato de lê-lo e interpretá-lo e, mais tarde, ao esquematizar o que será dito ou demonstrado, suas interpretações e objetivos serão expressos, explícita ou implicitamente (Orlandi, 2005; Bleiker, 2009). As representações discursivas referem-se, portanto, a enunciados pensados a partir de formações imaginárias e discursivas, os quais apontam para as (im)possibilidades do dizer. Em outras palavras, as representações acenam para efeitos de sentido sócio-histórico e ideologicamente constituídos. No caso desta pesquisa, trata-se de pensar nos sentidos produzidos para a língua (inglesa), a tradução e a estrangeiridade na obra *Babel (or the necessity of violence: An arcane history of the Oxford Translators' Revolution)*.

Seguindo adiante, nos cabe justificar a escolha das categorias “tradução”, “língua” e “estrangeiridade” para a análise da obra de ficção histórica. Essa decisão remete ao fato de que estas circunscrevem a hipótese desta monografia, a saber a de que o livro em questão demonstra, por meio de seu elemento fantástico - as barras de prata encantadas -, como um projeto de poder político-econômico-imperial se debruça, não apenas, mas também e pesadamente em práticas discursivas que circunscrevem a língua e o estrangeiro dentro de uma matriz colonial do saber. Como dito exaustivamente nesta monografia, esta categoria teórica, inserida na matriz colonial do poder, diz respeito ao controle do saber e da subjetividade por meio da exportação de um conhecimento - inclusive de seus métodos e rigor científico -, entre muitos outros, sob o rótulo de universais (Mignolo, 2017).

Este controle se apoia nas hierarquias criadas a partir da modernidade/colonialidade, como a hierarquia epistêmica, que privilegia o conhecimento e cosmologia ocidentais em detrimento das demais, presente no sistema universitário global e nas editoras; e a hierarquia linguística, a qual favorece a comunicação e a produção do conhecimento teórico nas línguas europeias, principalmente no inglês, ao mesmo tempo que advoga que as demais línguas são inferiores por produzirem “apenas” folclore ou cultura (Mignolo, 2017). Assim como demonstrado pelo exemplo emblemático de *pachamama*, a língua é um importante pilar na dominação de povos e na disseminação de conhecimentos, já que, com cada idioma e com cada comunidade linguística, entendimentos de mundo são construídos e passados adiante e, ao sufocar um sistema de comunicação e expressão, subjetividades são silenciadas.

Dessa forma, justificamos a escolha da **língua inglesa** como uma categoria de análise: nos dias de hoje, o inglês é requisito não apenas para trabalhar em grandes empresas e apresentar trabalhos em importantes eventos acadêmicos ou para publicar em revistas prestigiadas. Essa língua também está presente em coisas cotidianas, como em jogos online, cardápios, em termos técnicos eletrônicos e acadêmicos, por exemplo, sendo, portanto, um meio de segregação e inacessibilidade. O livro que aqui analisamos se torna ainda mais interessante ao retratar o período em que este idioma se estabelecia como língua privilegiada e dominante, ao alcançar todos os continentes do globo e se inserir neles, ao mesmo tempo que seus impositores estudavam as demais línguas a fim de, por meio delas, introduzir seus modos de pensar.

Já a **tradução**, além de ser uma função chave das Relações Internacionais e estar presente nas tarefas diárias de um internacionalista - aprender outros idiomas para futuros trabalhos, entender indicadores de análise e textos que, em sua maioria, estão em inglês -, é uma atividade também essencial na colonização: o colonizador ensina e impõe seu idioma aos nativos, num processo que conta com certa tradução, ou, então, o conhecimento do colonizado é roubado dele pelo agente dominador e, neste caso, será necessária a tradução do conhecimento originário para os termos colonizadores. Tomemos como exemplo o funcionamento do Instituto Real de Tradução em Babel: ao abrigarem nativos de países não anglófonos e ensinarem a eles o inglês, a Coroa Inglesa visava a futura capacidade destes de traduzirem os termos que a ela interessa, para que barras de prata mais fortes fossem produzidas e, ao fim, para que o Império Britânico se impusesse ainda mais sobre suas colônias e sobre a China, além de se colocar à frente dos demais Estados colonizadores.

Por fim, a **estrangeiridade** foi escolhida pois, ao falar de colonialidade, estamos inevitavelmente lidando com um encontro entre diferentes. Por que se considera o outro como “outro” e não como um dos nossos? Nós que impomos essa diferença? Ele já a traz com ele? Qual o papel do outro na matriz colonial de poder na perspectiva do colonizador? Isto é, a função de Ramy, Robin e Victoire para os acadêmicos ingleses a serviço da Coroa Britânica? Qual é o papel do outro no combate à colonialidade (do saber, da produção, da sexualidade, da autoridade) na perspectiva deste colonizado? Em outras palavras, ao se reconhecerem como peças cruciais num esquema de dominação que subjuga outros dos seus, o que fazer?

Informamos que, para fins do método, as sequências discursivas serão deixadas em inglês no corpo do texto, entretanto, o(a) leitor(a) poderá encontrá-las traduzidas no apêndice C. Justificativas feitas, passemos às representações por nós identificadas.

4.1 Representações da Língua e da Língua Inglesa

A língua pode ser comumente entendida como um sistema de comunicação verbal utilizado por um grupo de pessoas com o objetivo de se comunicar entre si e de expressar informações, ideias e sentimentos. Essa forma de linguagem pode ser falada, escrita ou sinalizada e seu funcionamento depende da articulação de diferentes componentes: a relação entre os sons, a estruturação das palavras, a organização destas em frases, o significado dessas palavras e, ainda, os gestos no caso de sinalização (Guimarães, 2023). Mas, ao adotarmos a perspectiva da Análise de Discurso, devemos expor o entendimento de língua nesta inscrita. Michel Pêcheux, fundador desta área de conhecimento, atribui à língua, ao longo de toda a sua trajetória teórica, uma posição fundamental, sendo sempre “condição material de base do discurso” (Leite, 1994, p. 13 *apud* Gasparini, 2015).

Mesmo que sua importância permaneça, a língua é abordada pelo autor de duas maneiras diferentes, sendo a diferença entre elas o resgate da teoria psicanalítica e o reconhecimento da existência do inconsciente na posterior (Gasparini, 2015). No primeiro momento, a língua é tida como um sistema regido por leis fonológicas, morfológicas e sintáticas - “marcas formais”, como colocadas por Eni, temas de interesse da linguística - relativamente autônomo, já que, além do funcionamento linguístico, está sujeita às determinações do discurso (Gasparini, 2015; Orlandi, 2005).

Dessa forma, a língua se faz presente na Análise de Discurso “na condição de fundo invariante em que os processos de produção do discurso, em sua variação, exercem seus

efeitos” (Gasparini, 2015, p. 65), se referindo à sintaxe como fonte de coerção universal, enquanto ainda se submete a processos discursivos diferenciados. Como posto por Pêcheux (1988):

(...) o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados (...). (Pêcheux, 1988, p. 91 *apud* Gasparini, 2015).

Mais tarde, na passagem da década de 1970 para a de 1980, o linguista francês se aproxima da teoria psicanalítica de Sigmund Freud e Jacques Lacan, o que propiciou uma abordagem diferente, tendo em conta a *lalangue*, o ponto em que existe língua e inconsciente (Gasparini, 2015). A partir disso, há uma mudança na forma de conceber a materialidade da língua, mas essa ainda se mantém central e indispensável na Análise de Discurso (Gasparini, 2015).

Eni Orlandi (2005), em seu livro “Análise de Discurso”, nos traz importantes características e elementos do entendimento de língua adotado nesta área específica. Assim, além de a admitirmos como relativamente autônoma, incubimos essa dependência parcial à noção de sujeito - o qual é, sempre, interpelado pela ideologia - e de situação na análise da linguagem (Orlandi, 2005). Ademais, reconhecemos a língua não apenas como uma estrutura, mas como um acontecimento, visto que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, logo, o esquema clássico - emissor, receptor, código, referente e mensagem - não é válido: não se trata apenas de transmissão de informação, mas também de um processo de constituição desses sujeitos e de produção de sentidos; não há linearidade na disposição dos elementos de comunicação e não há separação entre emissor e receptor, já que significam concomitantemente e não estão separados de forma estática (Orlandi, 2005). Para a Análise de Discurso, a língua não é fechada em si mesma, possuindo falhas e equívocos e nos afeta assim como a história (Orlandi, 2005).

Na perspectiva discursiva, a linguagem só é linguagem porque faz sentido e só pode fazer sentido porque se inscreve na história, porém, é necessário ter em mente que tanto a linguagem quanto os sentidos e os sujeitos não são transparentes - eles possuem sua materialidade e se constituem em processos de concorrência conjunta entre a língua, a história e a ideologia (Orlandi, 2005). Como citado pela autora:

(...) não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (...) O

discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos. (Pêcheux, 1975 *apud* Orlandi, 2005, p. 17).

Tangencialmente, se reconhece a força que a imagem tem na constituição do dizer, o imaginário necessariamente faz parte do funcionamento da linguagem - as chamadas projeções, as formações imaginárias: designa-se o lugar do interlocutor assim como o do outro e do referente (Orlandi, 2005). Aqui, podemos nos aproximar de como a língua constitui a realidade e, a partir da história e da ideologia, podemos entender como as palavras mudam de sentido de acordo com as posições de quem as emprega - mesmas expressões em classes sociais distintas, por exemplo - e quais redes de memórias e de sentidos tal fala aciona - por que somos afetados por certos sentidos e não outros? Isso é determinado por “nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia” (Orlandi, 2005, p. 34).

Portanto, ao contrário de nossas primeiras impressões, não há sentido único, literal e prévio esperando para ser encontrado em algum lugar, mas sim um sentido formado historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso, concluímos então que essa impressão transparência é produzida (Orlandi, 2005). Assim, as significações feitas pelo sujeito no ato de falar se encontram sob condições determinadas, tanto pela língua, quanto pela sua experiência de mundo e por sua memória discursiva - já que as palavras remetem a sentidos de discursos já feitos, imaginados ou possíveis (Orlandi, 2005). Por outro lado, o processo de produção de sentidos está, inescapavelmente, sujeito ao deslize: sempre haverá um “outro” passível de constituí-lo, podemos dizer a mesma coisa de formas diferentes - de acordo com as formações discursivas - e, com isso, acionar redes de memórias diferentes (Orlandi, 2005).

Se a língua está sempre sujeita a deslizos, ela sempre oferece lugar à interpretação, o que enfatiza a relação entre essa e a história para a significação e, portanto, se trata de um sistema sujeito a falhas (Orlandi, 2005). Logo, a Análise de Discurso demonstra que a linguagem é uma prática, pois pratica sentidos e intervém no real, além de apontar que a relação com essa não é, em nenhuma circunstância, inocente, já que está articulada ao simbólico e ao político (Orlandi, 2005).

No livro “Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade” escolhido para auxiliar na definição de estrangeiridade, a língua é colocada como uma das duas nostalgias das pessoas ditas deslocadas, os exilados, os deportados, os expulsos, os

desenraizados, os nômades, os estrangeiros absolutos (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Neste trecho o filósofo argelino discorre sobre como a língua materna é reconhecida como a “última pátria”, o “lar que não nos abandona nunca” ou “uma segunda pele que carregamos”, visto que a língua é, em última instância, o conjunto da cultura - os valores, as normas e as significações que nela habitam - daquele estrangeiro que se encontra em uma sociedade que não a compartilha (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Derrida também reflete sobre a língua em sua dimensão ampla:

Porque isto que não me deixa, a língua, é também, na realidade, na necessidade, para além do fantasma, isto que não cessa de partir de mim. A língua só é a partir de mim. Ela é também isso de onde parto, me pára e me separa. É o que se separa de mim partindo de mim. O "falarouvir-se", a chamada "auto-afeição" do se "falarouvir-si-mesmo", o "falarouvir" um e outro, o falarouvir na língua ou de boca a orelha, é o mais móvel dos móveis, porque o mais imóvel, o ponto zero de todos os telefones móveis, o solo absoluto de todos os deslocamentos (...) (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 81 e 83).

Mais adiante, a fala se volta à língua - em seu sentido estrito - utilizada no encontro entre o estrangeiro e aquele que está em posição de oferecer a acolhida, quando se pergunta o nome daquele que vem, por que vem, o que procura: “Em qual língua o estrangeiro pode endereçar sua questão? Receber as nossas? Em qual língua se pode interrogá-lo?” (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 115). Neste sentido, a língua é como um idioma discursivo não coextensivo à cidadania e está implicada de diversas formas na experiência da hospitalidade: “O convite, a acolhida, o asilo, o albergamento passam pela língua ou pelo endereçamento ao outro.” (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 117).

A língua inglesa, por sua vez, será entendida neste trabalho como um sistema de comunicação verbal usado amplamente no mundo moderno, ao ponto de ser considerado a “língua internacional de comunicação e negócios” e de ser valorizada, sobretudo, nos âmbitos profissional e acadêmico. Idioma germânico ocidental originado na Inglaterra e tido como língua materna em nações como Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Bahamas, Jamaica, Serra Leoa, entre outros, o idioma inglês é, ainda, utilizado como “segunda língua” em outros Estados, além de ser a ou uma das línguas oficiais de organismos internacionais. Como todos os demais idiomas, o inglês é dinâmico e reflete e refrata a cultura, a história e a identidade de sua comunidade linguística.

Vejamos as representações da língua (inglesa) que delineamos a partir de nosso gesto de leitura da obra:

1) *Relação poder militar e língua dominante. Aquele que possui o maior poderio militar é aquele que fará da sua língua dominante.*

SD1: “Language was always the **companion of empire**, and as such, together they begin, **grow, and flourish**. And later, together, they fall.” (Epígrafe, p. 3)

SD2: “There are those who think that the Adamic language might be English - might become English - purely **because the English language has enough military might and power behind it to credibly crowd out competitors**, (...). **Dominant languages might keep a little staying power after their armies decline** (...) but they always fade from relevance eventually.” (Professor Lovell, p. 115).

SD3: “Oh, really? Because it seems to me that the fact that you’re here, enjoying an English education, is precisely what makes the **English superior**. Unless there’s a better language institute in Calcutta?” “There’s plenty of brilliant madrasas in India, **what makes the English superior is guns. Guns, and the willingness to use them on innocent people.**”(Letty e Ramy, p. 132).

SD4: “**A great extinction event began** the day Christopher Colombus set foot in the New World. Spanish, Portuguese, French, English - **they’ve been edging out regional languages and dialects** like cuckoo chicks. **I think it’s not inconceivable that one day, most of the world will speak only English.**” (Cathy, p. 384).

O que percebemos em todas essas sequências, são sentidos de assimetria de poder ligadas à ampliação do uso do inglês. Na SD1, o termo *empire*, traduzido como “império” - ideia bastante tratada na disciplina de história - especialmente aquelas formuladas a partir do cânone eurocêntrico -, e que remete à conquista e à dominação de diferentes territórios e sociedades que passam a ser controlados por uma unidade política suprema. Esta conquista é efetivada, na maioria esmagadora dos casos, por meio da violência e possibilitada, em grande medida, pela assimetria de poder bélico entre dominador e dominado. Já na SD2, a língua inglesa é tida como possuidora de apoio militar do Império Britânico, poder e poderio capazes de dissuadir competidores. Na terceira sequência discursiva, por sua vez, a superioridade do inglês é diretamente conectada à capacidade armamentista da ilha frente aos territórios subjugados. Por fim, na SD4, a noção de eliminação de línguas originárias é comparada à eliminação de filhotes de animais - seres tidos como extremamente vulneráveis devido a seu pouco tempo de aprendizado em autodefesa - mas a assimetria de poder também pode ser encontrada no termo extinção, o qual se aproxima das ideias de extermínio, aniquilamento e destruição definitiva.

Ao se referirem à conexão entre língua dominante e poderio militar, notamos o **discurso da língua armada** (ou imposição armada da língua?), o qual produz efeitos de sentido e coerção aos falantes de comunidades linguísticas mais fracas beligerantemente, presente de forma escancarada nos territórios controlados por potências imperiais. Durante a

colonização formal, a imposição das línguas imperiais estava inscrita no pacto colonial - mais escancarada na dominação então instaurada sobre a autoridade e sobre o conhecimento e subjetividade, a qual propomos que pode se iniciar com a prescrição de uma língua estranha e, conseqüentemente, com a substituição de noções da epistemologia dessa comunidade. Não pode ser deixada de lado, portanto, a superioridade militar da Grã-Bretanha neste período e o número de falantes da língua inglesa no período posterior. Consideramos que este crescimento exponencial teve seu impulso inicial na prática imperialista - logo, violenta - mas admitimos que o status atual da língua inglesa, hoje, se deve a mecanismos mais sutis, como as condições para a publicação em periódicos e para a contratação em empresas transnacionais, por exemplo.

Esta dominação se deu tanto pela potência de coerção à adaptação linguística, como implicado na SD2 (*because the English language has enough military might and power behind it to **credibly crowd out competitors***), quanto pela extinção dos falantes de determinadas línguas originárias, como demonstrado nas SD3 (*what makes the English superior is guns. Guns, and the **willingness to use them on innocent people***) e SD4 (*Spanish, Portuguese, French, English - **they've been edging out regional languages and dialects like cuckoo chicks***). Ambas as vias foram constitutivas da situação atual da língua inglesa, o que nos leva ao segundo discurso sustentador, o do **inglês como língua franca do mundo**. É comum ouvirmos, em palestras profissionalizantes, em processos seletivos de empresas privadas, em propagandas de escolas de idioma e nas primeiras aulas destas, por exemplo, falas que dão a “fluência” no inglês como uma necessidade naturalizada, sustentadas por afirmações como “o inglês é a língua dos negócios” e “o inglês é a chave abre as portas para você se comunicar com pessoas de todo o mundo” (Kumon, 2023).

Aqui, ainda cabe uma comparação entre os termos “adâmica” e “franca”. O primeiro deles é entendido, de forma mais tradicional e ligada à Bíblia, como a língua da “criação”, aquela usada por todos os humanos antes do advento de Babel, quando foram punidos por tentarem alcançar o céu conjuntamente¹⁵. Entretanto, na SD2 (*There are those who think that*

¹⁵ No mundo todo havia apenas uma língua, um só modo de falar. Saindo os homens do Oriente, encontraram uma planície em Sinear e ali se fixaram. Disseram uns aos outros: "Vamos fazer tijolos e queimá-los bem". Usavam tijolos em lugar de pedras, e piche em vez de argamassa. Depois disseram: "Vamos construir uma cidade, com uma torre que alcance os céus. Assim nosso nome será famoso e não seremos espalhados pela face da terra". O Senhor desceu para ver a cidade e a torre que os homens estavam construindo. E disse o Senhor: "Eles são um só povo e falam uma só língua, e começaram a construir isso. Em breve nada poderá impedir o que planejam fazer. Venham, desçamos e confundamos a língua que falam, para que não entendam mais uns aos outros". Assim o Senhor os dispersou dali por toda a terra, e pararam de construir a cidade. Por isso foi chamada Babel, porque ali o Senhor confundiu a língua de todo o mundo. Dali o Senhor os espalhou por toda a terra. (Gn, 11, 1 - 9)

the Adamic language might be English - might become English), entendemos “adâmica” como a língua que todos os homens viriam a falar, a que seria “escolhida” para a comunicação entre sujeitos diversos, e esse evento está ligado diretamente à força militar da Grã-Bretanha na fala do professor Lovell. Esta conexão também é encontrada facilmente na SD4 (*I think it's not inconceivable that one day, most of the world will speak only English.*), sentença condicionada pela eliminação de outras línguas e dialetos comparada à caça por um pássaro.

Nos cabe ainda, propor uma reflexão acerca do dizer de Antonio de Nebrija na SD1: advogamos que o inglês tem estado na posição de língua dominante desde a descoberta do que a epistemologia eurocêntrica chama de “Novo Mundo” - exceção seja feita ao breve período em que os países ibéricos se colocaram na vanguarda das “Grandes Navegações” - até os dias de hoje. Se tomarmos Nebrija como base, concluímos que, por mais que o Império Britânico tenha emergido por volta de 1815 e se mantido vivo até o final da Segunda Guerra Mundial, formas de dominação impostas por países anglófonos sobre os demais ainda estão vigentes, o que nos levaria ao entendimento de colonialidade proposto por Aníbal Quijano (2007).

2) *Línguas originárias dos territórios dominados explorados como necessárias para o império.*

SD5: “It’s not right what they’re doing to our countries. And **it’s not right that I’m trained to use my languages for their benefit, to translate laws and texts to facilitate their rule** (...)” (Ramy, p. 353).

SD6: “**We use the languages of other countries to enrich this one.** We take so much knowledge that isn’t ours. The least we can do is stop this from happening. It’s the only ethical thing.” (Robin, p. 451 e 452).

SD7: “It was why Griffin and Anthony had been so confident in their struggle, **why they were convinced the colonies could take on the Empire. Empire needed extraction.** (...) The hands of the Empire were tied, because **it could not raze that from which it profited. And like those sugar fields, like those markets, like those bodies of unwilling labour, Babel was an asset. Britain needed Chinese, needed Arabic and Sanskrit and all the languages of colonized territories to function..**” (p. 456)¹⁶.

Assim como a representação anterior, esta também aponta para uma dinâmica de enriquecimento e favorecimento de uma unidade política às custas de outras, o que, no século XXI, é facilmente percebido, entre outras estruturas, na divisão internacional do trabalho. Essa divisão teve suas fundações criadas no período colonial - quando colônias eram forçadas

¹⁶ As seqüências discursivas que não estão acompanhadas do nome do personagem que as proferiu se tratam de trechos da narração. Acompanhamos Robin nesta história, portanto, todas elas se referem a pensamentos/reflexões dele, apenas a SD26 que está localizada no interlúdio de Letty e, portanto, a seqüência se refere à perspectiva dessa personagem.

a produzirem produtos primários enquanto eram forçadas, também, a consumir produtos manufaturados - e se manteve ativa após as independências formais - status que as teorias econômicas atribuem a fatores como falta de mão de obra qualificada e de estímulo industrial nos países “sub-desenvolvidos”, o que, por sua vez, nos obrigaria a importar produtos de maior valor agregado. Esta prática é sustentada, em parte, por uma expropriação latente de conhecimento: entendemos “expropriação” como “a apropriação definitiva de bens ou propriedades que não lhe pertencem, após estes objetos terem sido retirados de seu proprietário” (Dicio, 2023a).

Reconhecemos, portanto, dois movimentos constituintes da expropriação de conhecimento: a retirada deste de quem o concebeu e o apoderamento, a acomodação deste por terceiros, os quais podem ser localizados nas expressões da SD5. Para que nos “contentemos” a produzir mercadorias de baixo valor agregado e consumir sua contrapartida, precisamos que 1) nossas visões não capitalistas relacionadas à produção, à economia e à própria existência, cultivadas em uma localidade particular, devem ser retiradas de nós, de quem os pensa, os concebe; e que 2) nos organizemos em torno, que acomodemos a noção capitalista exportada pelo Norte Global. Por outro lado, também percebemos a expropriação nas dinâmicas capitalistas que arrancam conhecimentos de suas origens e se apropriam ilegalmente destes, os patenteando e, conseqüentemente, os tornando acessíveis apenas por meio de relações mercadológicas - os casos de biopirataria¹⁷, por exemplo.

No caso de Babel, o objeto, o “conhecimento” referido nas falas são as línguas de outras comunidades linguísticas, usadas nas barras de prata e valorizadas, pois ainda preservavam suas especificidades enquanto as línguas românicas já se misturavam em certo grau. Daqui, admitimos o discurso **da língua como conhecimento**. Este se sustenta no entendimento exposto anteriormente de que a língua não pode ser neutra nem meramente um sistema de comunicação, já que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca - dessa forma, a língua expressa e forma entendimentos de mundo e de sujeitos. Ao privar uma comunidade linguística de sua língua, a privamos de sua epistemologia como ela é e, ao nos apropriarmos de uma terceira língua para expressar nossos sentidos, não podemos esperar que

¹⁷ "As sementes da discórdia - Revista Pesquisa Fapesp." <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-sementes-da-discordia/>. Acessado em 24 Out. 2023.; "ROUBO: Povos indígenas da Amazônia são vítimas de biopirataria de conhecimento" <https://rondoniaovivo.com/noticia/geral/2022/04/06/roubo-povos-indigenas-da-amazonia-sao-vitimas-de-biopirataria-de-conhecimento.html> . Acessado em 24 Out. 2023.

o efeito produzido seja o mesmo ao usarmos a nossa língua - e, como vimos, até mesmo dentro desta temos diversidades -, logo, algo novo é criado.

Ao mesmo tempo que as línguas originárias de territórios ocupados são importantes para o Império em sua busca por lucro por meio de relações de expropriação, estas são importantes no sentido de que devem ser consideradas nos planos para que essa dominação seja mantida. A partir disso, destilamos o segundo discurso sustentador, o da **língua originária como língua da resistência**. Este foi entendido de duas maneiras tangenciais: 1) a resistência no ato de não abrir mão de sua língua originária - não deixar que ela seja expropriada para o uso exclusivo de seus opressores, os quais a empregariam sobretudo em formas mais eficientes de governá-los (SD5) enquanto lhes ensinariam a língua imperial; e 2) a manutenção da língua originária como mecanismo de proteção de conhecimentos e movimentos originários.

3) *Língua inglesa como condição para o acolhimento e o acolhimento como segurança.*

SD8: “Can you understand what I’m saying?” The boy wet his parched lips and uttered a response. Prof. Lovell shook his head. “English. **Use your English**” The boy’s throat burned. He coughed. “**I know you have English.**” **Prof. Lovell’s voice sounded like a warning.** “Use it.” (p. 5).

SD9: Still, Robin could not help but envy those boys - **those born into this world, who uttered its codes as native speakers.** (...) He wanted Pendennis’s life, not so much for its material pleasures (...) but for what it represented: the assurance that one would always be welcome in England. **If he could only attain Pendennis’s fluency** (...) (p. 141).

O tema do acolhimento, além de ser bastante explorado nesta monografia, é entendido como o ato de ceder lugar - seguro - a alguém, acomodar um outro. Nas sequências escolhidas, é possível localizar o **discurso do inglês como condição para o acolhimento** - explicitado na SD8 em que Robin, se recuperando dos sintomas da cólera e lidando com o fato de estar deixando sua mãe há pouco morta pela mesma doença para trás, é forçado a falar inglês para receber ajuda e cuidado de alguém que nunca havia visto antes e que o levava para fora do país de seu país. Podemos encontrar, ainda, resquícios do **discurso do inglês como língua franca** e, a partir disso, poderíamos inferir que, pelo fato de um número considerável de pessoas utilizar a língua inglesa em sua comunicação - o que nos remete ao termo “franca” -, o inglês é admitido como um fator potencialmente facilitador do acolhimento. Entretanto, a língua franca não é a única língua usada no mundo, há pessoas que não têm acesso a ela ou ao seu aprendizado, e, mesmo se tiverem, podem **preferir** não utilizá-la - devemos exigir o

inglês de todos sem discriminações de sujeitos e situações? A língua inglesa deve ser uma condição geral para todos?

Na SD9, o inglês é a condição para a segurança da posição de Robin na sociedade britânica, porém, para a permanência num grupo privilegiado - estudantes de Oxford - não basta a fala em inglês, deve-se ter domínio sobre a língua em graus avançados, o que nos leva ao **discurso da fluência como requisito para fazer parte do “nós”**. Entendemos a fluência como a qualidade de se expressar com clareza ou, num sentido mais extremo, o atributo do que é natural (Dicio, 2023b). Esta está, por sua vez, intrinsecamente conectada à ideia de que devemos **viver** determinada língua para melhor manuseá-la - obter fluência, noção constantemente repetida no objeto analisado. Contudo, munidas das proposições de Orlandi (2005) e Derrida (2003), sabemos muito bem que o entendimento da língua, o sentido que fazemos a partir dela, se deve à nossa ideologia e história, fatores que mudam dentro de uma mesma comunidade linguística devido a posições de gênero, classe e raça.

4.2 Representações de Tradução

Para uma definição satisfatória de tradução, escolhemos o livro “Oficina de Tradução: A teoria na prática” de Rosemary Arrojo, publicado no ano de 2007 pela Editora Ática. Em seu trabalho, Arrojo demonstra as limitações da visão mais tradicional de tradução, como aquelas propagadas por autores como J. C. Catford (1980, p. 22 apud Arrojo, 2007, p.12) - o qual advoga o ato de traduzir como “uma substituição do material textual de uma língua pelo material textual equivalente em outra língua” - e Eugene Nida (1975 *apud* Arrojo, 2007) - que compara as palavras de uma sentença a uma fileira de vagões de carga, cada vagão podendo conter diferentes quantidades de conceitos (Arrojo, 2007). A limitação notada em ambos advém da assunção de que o texto original é um objeto estável, passível de ser transportado e com contornos bem evidentes, em outras palavras, a teoria de linguagem por detrás dessas visões admite a possibilidade de delimitar os significados das palavras, e até de textos, fora do contexto em que estas ou estes são lidos ou ouvidos (Arrojo, 2007).

Assim como Rosemary Arrojo, consideramos esses modos de entender a tradução insatisfatórios, já que o significado de uma palavra ou de um texto, mesmo que na língua de partida, só poderá ser determinado por meio de uma leitura - o que, por sua vez, será influenciada pelo contexto em que é lido, pelas memórias, pelos padrões estéticos e morais e pela ideologia de quem lê, como explicitado por Eni Orlandi em seu livro “Análise de

Discurso: princípios e procedimentos” (Arrojo, 2007; Orlandi, 2005). Partimos, então, do entendimento de que os significados não estão depositados permanentemente em seus supostos “receptáculos” - signos e textos -, não cabendo, ainda, esta denominação: Arrojo sugere perceber o texto como um palimpsesto, o qual “se apaga, em cada comunidade cultural e em cada época, para dar lugar a outra escritura (ou interpretação, ou leitura, ou tradução) do “mesmo” texto.” (Arrojo, 2007, p. 30 e 31).

Dessa forma, a tradução deixa de ser uma atividade dedicada a “proteger” os significados “originais” de um autor - algo impossível, já que, por mais fiel que tente ser, o tradutor estará repassando o que ele pensa que o autor do texto de partida pretendia ao escrever - e passa a ser entendida, nesta monografia, como “uma transformação: uma transformação de uma língua em outra, de um texto em outro.” (Derrida, 1980, p. 87 apud Arrojo, 2007, p. 42). Com esta definição, reconhecemos que o ato de traduzir não apenas é um processo constante de tomada de decisões, mas também um esforço criativo, uma atividade produtora de significados, a qual dependerá da leitura que fazemos do texto de partida; da nossa própria concepção de tradução e dos objetivos a que se propõe (Arrojo, 2007). Logo, para traduzir, além de dominar as línguas envolvidas no esforço e confrontar áreas específicas destas e de duas culturas diferentes, o tradutor precisa aprender a produzir significados, a partir do texto determinado, que sejam “aceitáveis” para a comunidade interpretativa da qual o leitor faz parte, processo sempre único, já que as leituras possíveis são várias (Arrojo, 2007).

Vejamos as representações delineadas, a partir de nossas análises:

1) *Tradução como central e indispensável para qualquer unidade política e para o projeto império-colonial.*

SD10: “Translation agencies have always been **indispensable tools** of - nay the centres of - great civilizations.” (Anthony, p. 73).

SD11: “Translation, from time immemorial, has been **the facilitator of peace**. Translation **makes possible communication**, which in turn makes possible the kind of **diplomacy, trade, and cooperation** between foreign peoples that brings wealth and prosperity to all.” (Professor Playfair, p. 81).

SD12: “Well - since in the Bible, God split mankind apart. And I wonder if - **if the purpose of translation, then, is to bring mankind back together**. If we translate to - I don’t know, bring about that paradise again, on earth, between nations.” (Robin, p. 108).

SD13: What became clear was **how deeply Oxford relied on silver, how without the constant labour of its translation corps, of the talent it attracted from abroad, it immediately fell apart**. It revealed more than the power of translation. It revealed the sheer

dependence of the British, who, astonishingly, could not manage to do basic things like bake bread or get safely from one place to another without words stolen from other countries. (p. 471).

SD14: Language was just difference. A thousand different ways of seeing, of moving through the world. No; a thousand worlds within one. **And translation - a necessary endeavour, however futile, to move between them.** (p. 535).

Em todas as sequências escolhidas para essa representação, nota-se a importância da tradução num mundo constituído de diferença, seja esta criada e imposta pela própria humanidade com o intuito de dividir - como a própria estrutura do Estado-Nação que, a partir de sua definição, discrimina seus cidadãos dos seus não-cidadãos - ou a diferença inevitável de se surgir em territórios diversos com características e condições distintas. É notável, porém, a vontade da nação imperial de contornar essas diversidades de modo que ela seja beneficiada - vemos isso, explicitamente, na narrativa de defesa do livre-mercado que tentam impor à China durante o livro, prática não fictícia e vigente até os dias de hoje na grande maioria do globo.

O desejo de cooperação e aproximação entre unidades políticas está sustentado pelo **discurso da interdependência**, o qual assume que decisões tomadas por uma delas poderá refletir e se manifestar em outras. A questão da interdependência pode ser abordada de muitas formas, mas gostaríamos de destacar aqui duas divergentes: 1) podemos entender a interdependência como um desdobramento das práticas coloniais responsáveis por arrastar todos os continentes do mundo para o jogo capitalista regulado por poucos - assim, foi cultivada a ideia de que temos um papel neste grande esquema de produção no qual estamos enredados e que devemos desempenhá-lo bem para que “todos saiam ganhando”, enquanto somos realocados em instâncias dessa cadeia produtiva à vontade de terceiros e de classes dominantes próximas destes -; e 2) partindo de teorias menos economicistas e antropocênicas, entendemos o mundo como o grande organismo que abriga todos nós, um único mundo de onde se explora recursos de forma predatória e onde são lançados rejeitos de minérios, agrotóxicos e lixo em grande quantidade - aqui, a interdependência nos remete ao fato de que, ao prejudicar um rio, um mar, uma floresta ou uma cidade, prejudica-se a casa de todos e, portanto, as decisões de uma unidade política realmente **são sentidas** em outras.

A primeira forma é encontrada na SD11, em que o sujeito falante expressamente compartilha da ideia de que a diplomacia, o comércio e a cooperação - e aqui assumimos que seja uma cooperação nos moldes liberais tendo em vista que quem fala é um professor britânico beneficiado pela manutenção de colônias por parte do Império - favorecerá “a

todos”, e também na SD13, quando Robin percebe o quão dependente a Inglaterra é de outras nações - tanto no que diz respeito à exploração da prata quanto na apropriação das línguas de terceiros, se referindo ao elemento fantástico da trama. De qualquer maneira, a tradução é uma atividade necessária para a aproximação e/ou comunicação - e tudo o que pode se originar a partir daí, desde paz à exploração - entre diferentes, nos levando ao segundo discurso sustentador: **a tradução como ponte**, presente nas demais sequências selecionadas para essa representação.

Na SD12 (*to bring the mankind back together*), entendemos que a “humanidade” abarca diferentes sujeitos - ou, pelo menos, deveria - e, portanto, será necessária uma ligação, conexão, uma ponte para juntá-la. Ainda, a expressão *back* neste mesmo trecho, remete ao contexto da fala: Professor Playfair discorria sobre o desafio que a tradução representa à divisão divina dos humanos em diferentes comunidades linguísticas a partir da Torre de Babel. A partir disso, podemos retomar o objetivo fundamental da tradução, que é o de promover, entre diferentes, o entendimento. Já na SD14, esta atividade é tida como um esforço imperfeito de se movimentar entre diferentes linguagens, compreendidas como diferentes mundos: é justamente a ideia de “se mover entre” que nos remete à ponte.

2) *Tradução como algo complexo, incerto e arbitrário, nunca perfeitamente fiel.*

SD15: “(...) So you see, translators do not so much deliver a message as **they rewrite the original**. And herein lies the difficulty - rewriting is still writing, and **writing always reflects the author’s ideology and biases**. (...) So we must proceed from the starting assumption that **distortion is inevitable. The question is how to distort with deliberation.**” (Professor Playfair, p. 106).

SD16: The study meeting turned out much livelier than expected. Robin (...) was not anticipating such **hearty debate over turns of phrase, punctuation, or how much repetition was too much. It quickly became apparent they had drastically different translation styles.** (p. 124).

SD17: “**But what is the opposite of fidelity? Betrayal. Translation means doing violence upon the original, means warping and distorting it for foreign, unintended eyes.** So then where does that leave us? How can we conclude, except by acknowledging that an act of translation is then necessarily always an act of betrayal?” (Professor Playfair p. 153).

Todas as representações escolhidas para esta representação possuem um efeito de sentido de choque em relação à ideia de tradução que é tida no senso comum. Quando não estudamos a matéria mais a fundo, é corriqueiro pensarmos na tradução como o ato de produzir uma cópia de um texto em uma língua diferente, é frequente assumirmos a invisibilidade do tradutor que, a fim de traduzir fielmente, não pode deixar suas impressões sobre o texto. Contudo, já estamos munidos dos ensinamentos de Rosemary Arrojo (2007) e

sabemos que a tradução deve ser vista como uma transformação a qual, inevitavelmente, estará subjugada ao arbítrio do tradutor - e isto está presente nas três representações escolhidas.

Na SD15, a transformação é expressa por meio do termo “reescrita” e, desta ação, podemos identificar o **discurso da tradução como determinadora de uma verdade** - nos referimos aqui, não apenas a tratados e leis que, por sua força formal, estipulam o que deve ser considerado em diferentes situações, nem apenas a textos religiosos responsáveis por definir princípios e a própria realidade para seus devotos, mas também a textos científicos e populares que, muitas vezes, só chegam traduzidos aos leitores. Portanto, cada escolha feita por quem traduz terá efeito em quem interpreta e na forma que interpreta - precisamente pelo processo de constituição dos sentidos e dos sujeitos exposto por Orlandi (2005).

A partir disso, caminhamos em direção ao **discurso do tradutor como transformador do texto de origem**. Esse discurso é formulado a partir do entendimento de que, ao se traduzir um texto, o responsável deve saber, para além da língua do texto de partida e da do texto de chegada, quem é seu público alvo, quais os formatos do texto que devem ser seguidos, a que ele se propõe, o que seu gênero pressupõe, etc.. Ainda, todo tradutor é um sujeito e, conseqüentemente, é afetado pela história e pela língua, além de contar com sua própria ideologia. Desta maneira, a interpretação anterior à tradução será dependente de formações imaginárias e discursivas do tradutor, assim como sua escolha de palavras, pontuação, forma, notas de rodapé, entre outros. Esse discurso pode ser encontrado na SD15 (*And herein lies the difficulty - rewriting is still writing, and writing always reflects the author's ideology and biases*) e na SD16 (*It quickly became apparent they had drastically different translation styles*). Vale ressaltar que nesta sequência discursiva, os quatro estudantes - Robin, Ramy, Letty e Victoire - se encontraram para comparar a tradução de um mesmo trecho, requisitada em aula. Se trata de alunos que tiveram as mesmas aulas e o mesmo texto de partida e que, ainda assim, produziram traduções diferentes. Isso comprova, mais uma vez, o peso da ideologia e da história na constituição de cada sujeito e sentido.

Por fim, percebemos, também, o **discurso da traição por distorção**, já introduzida no percurso feito até então: esta distorção está diretamente ligada ao sujeito, sua formação e intenções. Ele pode ser notado na SD15 (*So we must proceed from the starting assumption that distortion is inevitable. The question is how to distort with deliberation*) e na SD16 (*Translation means doing violence upon the original, means warping and distorting it for*

foreign, unintended eyes). Neste trecho, vemos a palavra *fidelity* - se manter leal a algo ou alguém, ou o grau em que os detalhes e a qualidade do original são copiados (Cambridge Dictionary, 2023a) - ser antagonizada à *betrayal* - o ato de não ser leal a algo ou alguém quando se acredita que você é leal (Cambridge Dictionary, 2023b) -, caminho que, em português, seja mais fácil de se seguir ao pensar na expressão “cópia fiel”.

Considero que aqui (SD17) esteja uma das expressões mais fortes da tradução como transformação, devida, especificamente, ao uso do termo “violência”. Em Relações Internacionais, nos é ensinado que a violência é empregada a fim de constranger alguém, de fazer com que ele mude de comportamento, então, podemos entender que a tradução faz com que o (ou, um ou mais dos) sentido(s) do texto de partida mude, se transforme ao seu querer, se constituindo num ato de violência ao texto de partida, o que, numa história de conquistas e dominações, leis e tratados, pode acarretar numa traição para além da palavra.

4.3 Representações de Estrangeiridade

A fim de definir “estrangeiridade”, utilizamos o livro “Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade”, publicado no ano de 2003 pela editora Escuta. A obra, dividida entre trechos de seminários do teórico argelino e o “Convite” - as considerações e os complementos feitos pela filósofa e psicanalista francesa acerca da fala do primeiro -, visa dar conta do fenômeno da hospitalidade - o acolher quem vem - o que, por si só, já se mostra esperto: o termo não nos remete imediatamente a conceitos como “eu” e “o outro”, “sujeito” e “objeto”, mas sim a “visitante”, “convidado”. Mas, mesmo que seja suavizado ao primeiro olhar, estamos falando de um encontro de diferentes, sobre o qual Dufourmantelle elucidada:

Quando entramos num lugar desconhecido, a emoção sentida é quase sempre a de uma indefinível inquietude. Depois começa o lento trabalho de familiarização com o desconhecido, e pouco a pouco o mal-estar se interrompe. Uma nova familiaridade se segue ao susto provocado em nós pela irrupção de "um outro". Se o corpo é tomado por reações instintivas as mais arcaicas pelo encontro com o que ele não reconhece imediatamente no real, como o pensamento poderia realmente apreender, sem espanto, "um outro"? Ora, o pensamento é, por essência, um potencial de domínio. Ele nunca deixa de encaminhar o desconhecido ao conhecido, de fatar o mistério para fazê-lo seu, para clareá-lo. Nomeá-lo. (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 28 e 30).

Quando este processo de apropriação - no sentido de tornar próprio ou conveniente, de adequar (-se), adaptar (-se) da palavra (Dicio, 2023c) - falha, é impedido pela tentativa de nos blindar do diferente, a xenofobia floresce (Dufourmantelle; Derrida, 2003). E, mesmo quando a familiarização ocorre, o estrangeiro nunca deixa de o ser perante o direito, sempre será

alguém nascido fora daquele território e influenciado por valores que não os daquela sociedade em específico (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Acerca do direito que circunda a experiência de hospitalidade, Derrida apresenta, em seu seminário “Questão do estrangeiro: vinda do estrangeiro” de janeiro de 1996, a i) Lei da Hospitalidade Incondicional e as ii) leis da hospitalidade, contraditórias e antagônicas entre si, mas mesmo assim inseparáveis: a primeira demanda

que eu abra minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro (provindo de um nome de família, de um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe ceda Lugar, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome (Dufourmantelle; Derrida, 2003 p. 23 e 25).

Dessa forma, segundo a Lei Incondicional, a hospitalidade deve ser oferecida ao outro antes que ele se identifique, antes que ele seja um “sujeito de direito e sujeito nominável por seu nome de família” (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 27).

Segundo as leis da hospitalidade, por outro lado, a acolhida começa com a interrogação do nome daquele que vem a fim de atá-lo a uma espécie de pacto e garantir que ele responda por si mesmo frente ao direito daquele Estado, alegando, portanto, que a hospitalidade deve ser oferecida apenas ao estrangeiro com nome, família e estatuto social, aspectos que o diferenciaria de um “bárbaro” (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Estas leis são acusadas de perversivas e paradoxais pelo filósofo argelino: o primeiro adjetivo se deve ao conluio entre essa hospitalidade tradicional e o poder, já que, através deste, o hospedeiro escolhe e elege seus hóspedes, aqueles a quem ele decide oferecer asilo ou autorizar uma visita - excluindo soberanamente e, portanto, praticando violência (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Por outro lado, são paradoxais pois são necessárias à Lei Incondicional para torná-la efetiva, sem elas a lei, que está em cima das leis, não teria imperativo, seria “um apelo que manda sem comandar” (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 73).

Mas o que é ser estrangeiro afinal? Derrida definitivamente não nos entrega esta definição de mão beijada, mas nos dá peças de um quebra-cabeça. Vamos à montagem. Majoritariamente, define-se o estrangeiro à nação, ou à família, a partir do nascer, mesmo que lhe seja dada ou recusada a cidadania, ele permanece estrangeiro de nascimento (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Ademais, a língua é decisória na definição do ser estrangeiro, como demonstrado na passagem de Sócrates frente ao tribunal, em que representa um forasteiro ao ser alheio à linguagem técnica do direito:

(...) o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc. Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição, não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós? Se ele já falasse a nossa língua, com tudo o que isso implica, se nós já compartilhássemos tudo o que se compartilha com uma língua, o estrangeiro continuaria sendo um estrangeiro e dir-se-ia, a propósito dele, em asilo e em hospitalidade? (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 15).

Outra característica apresentada por Derrida encontra-se na história de Édipo: nascido em Tebas, o personagem cumpre o destino previsto pelo Oráculo de Delfos e foge para Colona junto às suas filhas. Édipo, um imigrante clandestino não só por ser de fora, mas também por seus crimes, permanece escondido em sua morte, ao ser sepultado num local do qual apenas Teseu tem conhecimento, mas impossibilitado de passá-lo adiante devido a um juramento feito ao morto (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Quando sua filha, Antígona, toma conhecimento do luto a qual foi privada, ela chora e protesta:

Essas lágrimas choradas por Antígona, ela as chora chorando a morte de seu pai em terra estrangeira e numa terra estrangeira onde ele deve, ainda mais, continuar escondido em sua morte, tornando-se desde então um estrangeiro ainda mais estrangeiro. Esta morte é o devir-estrangeiro do estrangeiro, o absoluto de seu devir-estrangeiro. Porque, na morte, a visibilidade do túmulo poderia ter reapropriado o estrangeiro, ela teria podido significar para ele uma espécie de repatriação. Mas não- aqui, a morte continua ainda mais estrangeira em terra estrangeira desde que não há sepultura manifesta, nada de túmulo visível ou fenomenal, apenas uma inumação secreta, um insepultura invisível mesmo aos seus, mesmo à sua filha (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 99 e 101).

Daí a segunda nostalgia dos exilados, expulsos, deportados, deslocados, colocada por Derrida: seus mortos. Mas o que nos interessa, neste momento, é o primeiro período desta citação: nele, notamos que Édipo *continuará* escondido em sua morte, o que o torna “*um estrangeiro ainda mais estrangeiro*”, disso concluímos que ser estrangeiro é se esconder, ou melhor, ser levado a, ter de se esconder.

Indo adiante, Derrida nos conta sobre a carta intitulada “As Leis da Hospitalidade”, produzida por um dono de casa e colocada num quadro pendurado acima do leito no quarto de hóspedes (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Nela, encontram-se as normas que vão reger essa estadia ansiada pelo morador: ele espera ávido sobre a soleira da porta de sua casa o estrangeiro despontar no horizonte, vindo para libertá-lo, como se o senhor estivesse “prisioneiro de seu lugar e de seu poder, de sua ipseidade, de sua subjetividade (...)” (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 109). A primeira reflexão que me vem à mente é em relação aos contos em que alguma divindade ou ser dotado de poder e magia se disfarça e,

depois de divagar, pede abrigo a alguém para testá-lo ou protegê-lo, como Dufourmantelle percebe ao citar Derrida na página 126: “Em alguns países, o estrangeiro acolhido é um deus por dia.”. Antagonicamente, outra citação presente no “Convite” me chama atenção: “O homem só pode oferecer hospitalidade a um homem.” (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 120). Desta, podemos extrair a hipótese de que o homem só é capaz de oferecer hospitalidade a alguém tão humano quanto ele, seu igual, o próximo o que, quando se trata de sociedades levadas ao extremo por discursos nacionalistas e de ódio, por exemplo.

Tangencialmente, a ideia do estrangeiro como libertador faz ainda mais sentido quando complementada pelo trecho:

O estrangeiro sacode o dogmatismo ameaçador do fogos paterno: o ser que é e o não-ser que não é. Como se o Estrangeiro devesse começar contestando a autoridade do chefe, do pai, do chefe da família, do "dono do lugar", do poder de hospitalidade (...). (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 7)

O estrangeiro chega carregando consigo a diferença que, além de espantar - como colocado por Dufourmantelle -, pode provocar mudanças naquela estrutura cuidadosamente construída e mantida pelo pai, pelo déspota familiar, pelo patrão, pelo senhor do lugar, o responsável pelas leis da hospitalidade (Dufourmantelle; Derrida, 2003). A predominância desta figura se faz presente tanto nos exemplos em que o estrangeiro é hóspede, quanto em que é inimigo, levando o filósofo argelino a concluir que “o problema da hospitalidade era coextensivo ao problema ético” (Dufourmantelle; Derrida, 2003).

Podemos, agora, nos aproximar da definição que procurávamos: o estrangeiro é aquele que pode sacudir o nosso normal, como um libertador ou uma ameaça; é aquele que é levado a se esconder, em diferentes graus, no país que o recebe; é aquele que é estranho à língua do direito na qual está circunscrito o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc.; é aquele que, mesmo superada a questão da cidadania, permanece estrangeiro de nascimento; e, por fim, é aquele cuja relação com o nacional é regulada pelo direito (Dufourmantelle; Derrida, 2003). Assim, concluímos que o estrangeiro

Não é apenas aquele ou aquela no estrangeiro, no exterior da sociedade, da família, da cidade. Não é o outro, o outro inteiro relegado a um fora absoluto e selvagem, bárbaro, pré-cultural ou pré-jurídico, fora e aquém da família, da comunidade, da cidade, da nação ou do Estado. (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 65).

Então, o que se entende por estrangeiridade? O sufixo “-idade” é usado para formar substantivos abstratos derivados de adjetivos, em outras palavras, para nomear ações, qualidades, sentimentos ou estados, por exemplo (Hernandes, 2008). Dessa forma, podemos

concluir que “estrangeiridade” é a qualidade de ser estrangeiro - com tudo o que isto implica - a um determinado contexto e/ou ambiente ou, ainda, podemos interpretá-la como o estado de encontro entre um “nacional” e um estrangeiro.

Vejamos as representações de estrangeiridade elencadas:

1) *Estrangeiro como um recurso para os fins do Império Britânico.*

SD18: “You’ve noticed by now, surely, that Babel alone among the Oxford faculties accepts students not of European origin. Nowhere else in this country will you find Hindus, Muslims, Africans, and Chinamen studying under the same roof. **We accept you not despite, but because of your foreign backgrounds.**” Professor Playfair emphasized this last part as if it was a matter of great pride. “Because of your origins, you have the gift of languages those born in England cannot imitate.” (Professor Playfair, p. 81).

SD19: Then Robin realized what his place here was. **He was not simply a student but a colleague, a rare native speaker capable of expanding the bounds of Babel’s scant existing knowledge. Or a silver mine to be plundered,** said Griffin’s voice (...). (p. 110).

SD20: “Words have no meaning unless there is someone present who can understand them. And it can’t be a shallow level of understanding (...). **You need to be able to think in a language – to live and breathe it, not just recognize it as a smattering of letters on a page.** (...)” “**That’s why we’re here. We’re already fluent.**” “That’s why you’re here, Psammetichus’s boys. **Wonderful, no, to hold such power by virtue of your foreign birth?**” (Professor Playfair e Ramy, p. 159).

SD21: Her distress belied a deeper terror, a terror which Robin felt as well, which was that **Anthony had been expendable. That they were all expendable.** That this tower – this place where they had for the first time found belonging – **treasured and loved them when they were alive and useful but didn’t, in fact, care about them at all. That they were, in the end, only vessels for the languages they spoke.** (p. 201).

SD22: “What did you imagine? That we would keep eating lemon biscuits together while this country declared war on our motherlands?” “They’re not your motherlands. They don’t have to be.” “They do have to be, because we’ll never be British. How can you still not understand? That identity is foreclosed to us. **We are foreign because this nation has marked us so, and as long as we’re punished daily for our ties to our homelands, we might as well defend them.**” (Robin, Letty, Victoire, p. 519).

As seqüências escolhidas demonstram o valor do estrangeiro para o Império Britânico tanto de forma positiva - na SD18, formada pelo uso dos termos *accept* e *pride*, e na SD19, com os termos *colleague* e *capable of expanding* -, quando reforça as capacidades do estrangeiro como ser pensante e o “aceita” como colega na academia, quanto de forma negativa - na SD20, quando os alunos são informados o porquê deles estarem lá (o trecho informa o sentido de que é apenas por serem fluentes e isso ser vantajoso para o império), na SD21, com o adjetivo *expendable* e o substantivo *vessels*. A partir disso, encontramos o primeiro discurso sustentador, o do **estrangeiro como receptáculo para o conhecimento**, motivação que nem chega a ser disfarçada na maior parte do livro - eram os alunos

estrangeiros que tentavam se convencer de que eles, como pessoas, eram importantes e valiosos para o Império.

O objetivo da Coroa Inglesa com o acolhimento de alunos estrangeiros era, como demonstrado na SD19, expandir os conhecimentos escassos de Babel. Neste ínterim, também encontramos o **discurso da língua como conhecimento**, cujo valor se torna ainda maior quando levamos em consideração o aspecto fantástico da trama - as barras de prata capazes de manifestar os sentidos perdidos numa tradução. Dessa forma, a prática de expropriação do saber se faz presente nesta representação como exemplo mais óbvio, porém não o único: ao mesmo tempo que admitimos que, neste contexto, o Império percebia os estrangeiros como receptáculos de conhecimento, como minas a serem exploradas ao seu bem querer e, portanto, recursos para sua empreitada imperial por meio da expropriação de seu saber, percebemos, na SD22 (*We are foreign because this nation has marked us so*), que a própria atribuição do rótulo “estrangeiro” é um recurso da Coroa Inglesa para seu crescimento e manutenção. Encontramos, então, o **discurso do estrangeiro como o “outro” para que haja o “nós”**, o qual circunscreve a prática da alteridade como um mecanismo capaz de criar sujeitos destinados à e passíveis de serem explorados, mortos, extintos, não aceitos, não vistos como iguais ou mesmo humanos, entre outras violências, para que o “nós” continue prosperando.

2) *Estrangeiro como devedor de agradecimento por ser acolhido pelo hospedeiro - dominador - o qual se apresenta como superior e “mais desenvolvido”.*

SD23: “(...) We’ve never needed their help, and **they’ve only constructed that narrative out of a misplaced sense of superiority.**” “If you think that, then what are you doing in England?” “Learning, woman.” “Ah, to acquire the weapons to bring down the Empire? You’re going to take some silver bars home and start a revolution, are you? Shall we march into Babel and declare your intentions?” “It’s not as simple as that” “Oh, really? **Because it seems to me that the fact that you’re here, enjoying an English education, is precisely what makes the English superior.** Unless there’s a better language institute in Calcutta?” (Ramy e Letty, p. 131 e 132).

SD24: “**You drink the champagne, Robin. You take your allowance.** You live in your furnished room on Magpie Lane, you parade down the streets in your robes and tailored clothes, all paid for by the school, **and yet you say all this money comes from blood. This does not bother you?**” “It’s not just, it’s not fair—” (...) “**And are we obligated to distribute silver bars all around the world to backward countries who have had every opportunity to construct their own centres of translation?** It takes no great investment to study foreign languages. **Why must it be Britain’s problem if other nations fail to take advantage of what they have?**” (Professor Lovell e Robin, p. 262).

SD25: “You know what astounds me? **How utterly ungrateful one can be.**” This line of argument again. (...). Always this, **the argument from bondage, as if his loyalties were shackled by privilege he had not asked for and did not choose to receive.** (...) Did he owe Babel his loyalty because he had once believed its lies? (Professor Lovell, p. 318).

SD26: **Why could they not see how fortunate they were?** To be allowed into these hallowed halls, to be lifted from their **squalid upbringings into the dazzling heights of the Royal Institute of Translation!** All of them had fought tooth and nail to win a seat in a classroom at Oxford. (...) Letty had defied fate to get here; they all had. So why wasn't that enough? They'd beaten the system. Why in God's name did they want so badly to break it as well? **Why bite the hand that fed you?** Why throw it all away? (p. 439, interlúdio de Letty).

Em todas as sequências selecionadas para esta representação, notamos um sentido de superioridade: na SD23 os termos *superior* e *superiority* são literalmente citados e se referem à educação inglesa; na SD24, nos é passado entendimento que Estados “atrasados” teriam falhado no desenvolvimento de seus próprios centros de tradução e, por isso, a Inglaterra - exitosa - não deveria “ajudá-los” e nem devia a esses satisfação; já na SD25, o sentido de discrepância de status se encontra no termo *bondage* - o qual pode ser traduzido como “escravidão” ou “servidão” (Cambridge Dictionary, 2023c), também entendida como um pacto em que um dos sujeitos supostamente recebeu alguma graça ou favor e, por isso, deve trabalho, serviços ao outro -, dinâmica em que um, ou parte dos indivíduos envolvidos é colocado como superior e com o direito de subjugar os demais; e, por fim, a superioridade está presente na SD26 tanto no verbo *lift* - mover algo ou alguém de uma posição mais baixa para uma mais alta (Cambridge Dictionary, 2023d) - e na relação formada entre *squalid upbrings* e *dazzling heights of the Royal Institute of Translation*.

Essa narrativa de superioridade, existente e em prática até os dias atuais, se baseia no **discurso do estrangeiro como o outro atrasado, bárbaro e impuro** - fundamentado em princípios civilizatórios e religiosos - apresentado de forma mais explícita nas SD23, SD24 e SD26 e constituinte de outro discurso sustentador, o do **fardo do homem branco**. Este também pode ser referido como “missão civilizatória” e geralmente é empregado quando nações capitalistas/imperialistas se deparam com recursos valiosos em territórios e/ou instâncias que não lhes pertencem ou dizem respeito, assim, esse discurso é empregado enquanto “levam a democracia, o progresso e o livre mercado” para populações “necessitadas”, as quais serão favorecidas por essas estruturas. Este discurso se encontra mais escancarado no início da SD23, mas em todas as sequências fica subentendido a educação superior, noções superiores, instituições superiores que o norte - no caso o Império Britânico - tem a oferecer aos estrangeiros atrasados.

A partir disso, alcançamos o terceiro discurso sustentador, o **da lei da reciprocidade** - no sentido de que, ao se oferecer hospedagem, deve-se receber algo em troca - inscrito nas “leis da hospitalidade”, as quais condicionam o acolhimento ao nome, família e estatuto social do hospedeiro com o fim de atá-lo a um pacto -, alvos de crítica por Derrida (2003), e

colocadas em contraposição à Lei da Hospitalidade Incondicional - segundo a qual não devemos exigir algo em troca do acolhimento. A hospedagem em Babel é totalmente regida pelas leis, requerendo, primeiramente, um nome “que ingleses possam pronunciar” (p. 11) e por meio do qual o estrangeiro possa responder perante à lei; e família que aqui será considerada juntamente ao estatuto social - todos os quatro alunos do grupo de Robin vieram de famílias minimamente influentes ou que possuíam ligações com britânicos. Indo além, são exigidos dos hospedeiros, a todo momento, serviço e gratidão, como demonstrado na SD25 na fala do professor Lovell (*How utterly ungrateful one can be*) após o questionamento de Robin sobre a injustiça intrínseca ao sistema, assim como na reflexão de Robin (*Always this, the argument from bondage, as if his loyalties were shackled by privilege he had not asked for and did not choose to receive*) e na SD26 (*Why could they not see how fortunate they were? To be allowed into these hallowed halls (...) Why bite the hand that fed you?*).

3) *Estrangeiro munido de sua alteridade e resistente às imposições e ações do hospedeiro contra sua pátria.*

SD27: “Fine. Let’s be honest with each other. **I don’t agree with what Jardine & Matheson is doing in Canton. It’s wrong, it disgusts me—**” “For heaven’s sake, it’s just a market. Don’t be childish.” “**It’s a sovereign nation.**” “It is a nation mired in superstition and antiquity, devoid of the rule of law, hopelessly behind the West on every possible register. It is a nation of semi-barbarous, incorrigibly backwards fools—” “**It’s a nation of people.** People you’re poisoning, whose lives you’re ruining.” (Robin e Professor Lovell, p. 318).

SD28: “How could you understand? Your people reap the fruits of the Empire. Ours don’t. So shut up, Letty, and just listen to what we’re trying to tell you. **It’s not right what they’re doing to our countries. And it’s not right that I’m trained to use my languages for their benefit, to translate laws and texts to facilitate their rule,** when there are people in India and China and Haiti and all over the Empire and the world who are hungry and starving because the British would rather put silver in their hats and harpsichords than anywhere it could do some good.” (Ramy, p. 353).

SD29: “The university ripped us from our homes and made us believe that our futures could only consist of serving the Crown, the university tells us we are special, chosen, selected, when really **we are severed from our motherlands and raised within spitting distance of a class we can never truly become a part of. The university turned us against our own and made us believe our only options were complicity or the streets.** That was no favour, Sterling. It was cruelty. **Don’t ask me to love my master.**” (Robin, p. 416).

SD30: “What did you imagine? That we would keep eating lemon biscuits together while this country declared war on our motherlands?” “They’re not your motherlands. They don’t have to be.” “They do have to be, because we’ll never be British. How can you still not understand? That identity is foreclosed to us. **We are foreign because this nation has marked us so, and as long as we’re punished daily for our ties to our homelands, we might as well defend them.**” (Robin, Letty, Victoire, p. 519).

Nas sequências escolhidas, notamos o posicionamento ativo de Robin, Ramy e

Victoire como estrangeiros insatisfeitos com a situação em que suas pátrias foram colocadas. Robin - quem acompanhamos ao decorrer do livro - apresenta um conflito interno constante acerca do que está fazendo em Babel, quem está favorecendo enquanto igual àqueles relegados a escravos e viciados em ópio. Tanto que, logo no começo do livro, ele se junta à Sociedade de Hermes a fim de ajudar os seus e tranquilizar sua consciência. Entretanto, a tomada ativa de posição como estrangeiro indignado e orgulhoso de sua alteridade, expressa na recusa de se prestar o serviço e na tentativa de frear as ações colonizadoras dos britânicos, se faz mais frequente entre os personagens quando saem de Babel e presenciam mais maduros as dinâmicas violentas lançadas sobre os “outros”, enquanto a punição - em diferentes graus e de diferentes formas -, devido à relação desses corpos com sua pátria, se faz presente o livro todo. É nesse contexto que os personagens se libertam da gratidão presunçosa que os britânicos requerem deles a todo momento.

Neste sentido, notamos o **discurso do reconhecimento do “outro” como “próximo”**, expresso na SD28 (*Your people reap the fruits of the Empire. Ours don't. (...) It's not right what they're doing to our countries*) e na SD29 (*The university ripped us from our homes*) por meio dos pronomes possessivos “nossos” e do termo “lar” na última delas, em ambos os casos, indica-se identificação com aqueles rotulados como “outros” pela sociedade inglesa. Além deste, percebemos o **discurso da valorização do local**, tanto na SD27 - em que Robin rebate os preconceitos de professor Lovell direcionados à sua pátria com afirmações que colocam o Estado chinês na mesma posição que a Grã-Bretanha, isto é, como uma nação soberana ao invés de um mero mercado e constituída de pessoas ao invés de “tolos semibárbaros e incorrigivelmente atrasados” -; quanto na SD30 (*(...) we might as well defend them*), em que se insinua a defesa de suas pátrias frente ao Império Britânico, na maneira mais eficiente que poderiam conceber: protegê-las contra as dinâmicas de expropriação de conhecimento e de exploração dos estudantes estrangeiros, em outras palavras, a interrupção dos serviços de tradução que mantinham o metrôpole funcionando.

Apresentamos abaixo um quadro com a síntese das representações e seus respectivos discursos sustentadores.

Quadro 1 - Representações e discursos sustentadores

Categoria	Representações	Discurso
-----------	----------------	----------

Língua (Inglesa)	Relação poder militar e língua dominante. Aquele que possui o maior poderio militar é aquele que fará da sua língua dominante.	Da língua armada
		Do inglês como língua franca do mundo
	Línguas originárias dos territórios dominados explorados como necessárias para o império.	Da língua como conhecimento
		Da língua originária como língua da resistência
	Língua inglesa como condição para o acolhimento e o acolhimento como segurança.	Do inglês como condição para o acolhimento
		Do inglês como língua franca
Da fluência como requisito para fazer parte do “nós”		
Tradução	Tradução como central e indispensável para qualquer unidade política e para o projeto império-colonial.	Da interdependência
		Da tradução como ponte
	Tradução como algo complexo, incerto e arbitrário, nunca perfeitamente fiel.	Da tradução como determinadora de uma verdade
		Do tradutor como transformador do texto de origem
Estrangeiridade	Estrangeiro como um recurso para os fins do Império Britânico.	Do estrangeiro como receptáculo para o conhecimento
		Da língua como conhecimento

		Do estrangeiro como o “outro” para que haja o “nós”
	Estrangeiro como devedor de agradecimento por ser acolhido pelo hospedeiro - dominador - o qual se apresenta como superior e “mais desenvolvido”.	Do estrangeiro como o outro atrasado, bárbaro e impuro
		Do fardo do homem branco
		Da lei da reciprocidade
	Estrangeiro munido de sua alteridade e resistente às imposições e ações do hospedeiro contra sua pátria.	Do reconhecimento do “outro” como “próximo”
		Da valorização do local

Quadro elaborado pela autora

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou discutir a potencialidade da obra literária *Babel: An Arcane History* de R. F. Kuang como instrumento pedagógico capaz de contribuir para o entendimento do projeto político-econômico-imperial colocado em prática desde o século XVI e metamorfoseado em versões mais sutis, porém ainda existentes. Especificamente, nosso intuito era enfatizar a importância das práticas discursivas que circunscrevem a língua, a tradução e o estrangeiro num mundo fantástico que reflete e refrata dinâmicas da realidade; afinal, os eventos históricos narrados no livro constituíram o que entendemos como conhecimento hoje assim como também nos constituíram como sujeitos. Concluímos, portanto, que nosso esforço atingiu o objetivo esperado.

Localizamos no livro embates frequentes entre o dominador e dominado: Babel, professores e a Coroa de um lado, e a Sociedade de Hermes, a consciência estrangeira e unidades políticas discordantes de outro. Enxergamos, também, as hierarquias expostas pelo pensamento decolonial: a hierarquia da estética - Robin era o único do seu grupo que se parecia com um homem britânico - devido ao fato de que Prof. Lovell era seu pai - e, por isso, recebia tratamentos privilegiados enquanto aos demais (Ramy e Victoire) restava, na melhor das hipóteses, o tratamento como *exótico* -; a hierarquia epistêmica - nas práticas de aprendizagem e de tradução efetuadas no Instituto Real de Tradução, assim como na rotulação da educação britânica como superior -; e a hierarquia linguística que, no livro e na realidade, se debruçam sobre a superioridade militar e econômica e é manifestada, por exemplo, na condição para o acolhimento, na extinção de falantes de dezenas de outros idiomas lado a lado com a imposição de línguas imperiais sobre os sobreviventes, e na tradução executada em sentido único: de outras línguas para o inglês, com o fim último de expandir e concretizar seu poder.

O livro, ao nos conduzir pelos anos 1800 a partir da perspectiva de um garoto chinês levado à Inglaterra, ainda criança, para ser um recurso ao Império Britânico, escancara práticas de expropriação de conhecimento que sustentaram o poder desta nação no livro e na história, dinâmicas que são ainda praticadas por outras vias. A obra literária conversa diretamente com as colocações de Mbembe sobre as universidades de hoje: adeptas e disseminadoras de apenas um modo de pensar e intrinsecamente conectada à lógica capitalista - conhecimentos diferentes eram suportados apenas quando cooptados aos propósitos militares e econômicos do império. Para personagens brancos e europeus, as outras línguas -

e, portanto, os demais modos de se ver o mundo - tinham o único objetivo de fortalecer formas de controle e opressão empunhadas por colonizadores, enquanto que, para os sujeitos estrangeiros, a sua língua é a única coisa que, ao estarem cercados por seus algozes, os mantém conectados à sua casa e à sua identidade.

Assim, notamos que o estrangeiro é constituído como tal, no primeiro momento, *discursivamente* para que práticas civilizatórias e/ou de dominação sejam justificadas, o que só é possível pois a própria denominação *estrangeiro* está calcada em noções racistas e homogeneizantes de Estado-nacional, promovidas pelo cânone eurocêntrico: estamos falando de um conhecimento que se constrói à base do estudo do “Outro”, que, para se manter hegemônico relega aos demais saberes, modos de vida e sujeitos adjetivos como bárbaros, atrasados, supersticiosos. Um saber que se utiliza de uma noção de humanidade ligada ao esquecimento e à opressão do diferente, e a considera como única categoria válida para estudo e ação. Porém, cabe ressaltar novamente: não estamos afirmando que os conhecimentos produzidos a partir desta epistemologia estão *errados* ou que são *inválidos*, argumentamos apenas que este saber além de não ser o único possível e legítimo, não é universal nem neutro.

Este argumento é defendido nesta monografia em sua íntegra, respaldado pelo Pensamento Decolonial - que denuncia os sintomas do “monopólio” do saber -, pela Virada Estética - a qual demonstra que, entre o representado e sua representação, se encontra a política e, portanto, todas as representações contém intenções -, e pela Análise de Discurso - que demonstra que não há fala ou entendimento sem discursos sustentadores e interpretação, a qual será, indiscutivelmente, atravessada pela ideologia.

A fim de encerrar nosso esforço, vale discutir as representações escolhidas durante nossa análise de discurso. A primeira delas (*Relação poder militar e língua dominante. Aquele que possui o maior poderio militar é aquele que fará da sua língua dominante*) faz referência direta à imposição forçada de línguas imperiais aos territórios dominados - ocorrida no livro e na nossa história: não há como não conectar o fato de que o inglês é a língua oficial de diversos Estados no continente africano, asiático e americano com as práticas de extermínio de falantes originários de outros idiomas e a educação imposta nessas colônias. Já a segunda representação (*Línguas originárias dos territórios dominados explorados como necessárias para o império*) pode ser compreendida de duas formas. Na primeira delas, as línguas originárias são importantes para o império pois **são utilizadas**, no livro, na confecção de barras de prata encantadas - lembrando que, quanto mais estranha a língua for ao inglês,

mais significados serão expressos por meio das barras - e, na nossa história, em mecanismos de dominação - com o entendimento da língua originária, a compreensão da sociedade que procuram subjugar se torna mais fácil e aberta - e de produção capitalista - os processos de patenteamento de conhecimentos indígenas, por exemplo. Enquanto na segunda, a língua originária se faz importante ao Império por poder representar uma ameaça - a recusa da adoção das línguas imperiais também intima a imposição da epistemologia dominante.

A terceira representação (*Língua inglesa como condição para o acolhimento e o acolhimento como segurança*) está escancarada no livro, já que este conta a história de acolhimentos - pedimos cuidado com este termo que, muitas vezes, possui uma carga sentimental positiva, aqui nos referimos, simplesmente, ao ato de ser autorizado a estar em algum lugar que se presume não ser o seu -, quando, na nossa história, é recorrente: temos um certo “dever” de saber pelo menos o inglês para viajar para fora do país, não importa a língua falada lá, o inglês nos passa a segurança de que não seremos reconhecidos como um estrangeiro “comum”. A quarta representação (*Tradução como central e indispensável para qualquer unidade política e para o projeto império-colonial*), muito conectada à segunda, é apresentada tendo em vista, principalmente, as práticas de expropriação de conhecimento: o colonizador ensina e impõe seu idioma aos nativos, num processo que conta com certa tradução, ou, então, o conhecimento do colonizado é roubado dele pelo agente dominador e, neste caso, será necessária a tradução do conhecimento originário para os termos colonizadores. Essa dinâmica é notada na nossa história e em *Babel*.

Na quinta representação (*Tradução como algo complexo, incerto e arbitrário, nunca perfeitamente fiel*), notamos uma sobreposição entre os ensinamentos de Arrojo (2007) e a imagem do tradutor exposta em *Babel*. Em ambos os casos, reconhecemos a impossibilidade de uma tradução perfeita, completamente fiel ao texto de partida, especialmente devido ao entendimento de que os sentidos são formados a partir da história e ideologia do sujeito, o que, inevitavelmente, transbordará à tradução¹⁸. Na sexta representação (*Estrangeiro como um recurso para os fins do Império Britânico*), admitimos, tanto no livro quanto na nossa história, o estrangeiro como recurso ao império/às potências de duas formas: 1) como um mero receptáculo de conhecimento a ser expropriado e 2) como o “outro” para a formação de discursos tanto excludentes quanto naturalizantes.

¹⁸ Recomendamos a leitura dos exemplos apresentados nas páginas 32 e 46 do livro de Rosemary Arrojo - *Oficina de Tradução: A teoria na prática* - para uma melhor compreensão das implicações de se traduzir um texto.

A penúltima representação (*Estrangeiro como devedor de agradecimento por ser acolhido pelo hospedeiro - dominador - o qual se apresenta como superior e “mais desenvolvido”*), por sua vez, foi uma das mais recorrentes no livro todo. Além de explorar as terras e o conhecimento de outras nações, é requisitado, pela sociedade branca europeia (e estadunidense), um agradecimento por ter compartilhado com elas as noções de livre comércio, progresso e democracia, as quais são tidas, devido ao monopólio do saber, como o melhor que podemos - nós como “humanidade” - atingir. E, por fim, a oitava representação (*Estrangeiro munido de sua alteridade e resistente às imposições e ações do hospedeiro contra sua pátria.*), está presente no livro tanto na existência da Sociedade de Hermes quanto nas ações de Robin e seus amigos a fim de evitarem o estopim de uma guerra entre o Império Britânico e o Império Chinês. Já na nossa história, esta representação pode ser encontrada em teorias e práticas que valorizem o local e o que ele produz, na noção de que não somos todos iguais e isto é como somos - nos remetendo ao conceito de alianças afetivas:

(...) afetos entre mundo não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado. (Krenak, 2022, p. 82).

Esses elementos levantados são todos fantásticos? São encontradas apenas em *Babel: An Arcane History*? Adicionados à história apenas para dar um quê a mais na narrativa ou são práticas que sentimos no cotidiano ao sermos (acadêmicos) latinos? Sua universidade valoriza outras formas de se conceber conhecimento ou apenas aquelas “comprovadas” como “científicas”? Quais as características em comum dos projetos patrocinados em sua instituição de ensino? Que língua você deve saber para estudar na faculdade? Em que idioma você deve escrever para ser aceito em periódicos de renome? Você é autorizado a abertamente considerar outras faculdades que não a racional na tomada de decisões ou ao se expressar? A resposta de todas essas perguntas comprovam a existência de uma colonialidade do saber. A tomada de consciência, a resistência ou a mudança podem começar ou tomar força com a leitura de um livro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APROPRIAÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023c. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/apropriacao/>. Acesso em: 27/10/2023.

ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução: a teoria na prática**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Para uma abordagem feminista e pós-colonial para as Relações Internacionais do Brasil. In: TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: Edufba, 2021. Cap. 8. p. 179-204.

BARROS, Marina de Oliveira. **Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 116, 2006.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

BLEIKER, Roland. **Aesthetics and World Politics**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009. Int. e Primeiro Capítulo.

BRITO, Cristiane Carvalho de Paula. Representações discursivas sobre a escrita acadêmica e seu ensino no contexto do IsF. **Forum Linguístico**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 5343-5355, dez. 2020.

CALLAHAN, William A. **Sensible Politics: Visualizing International Relations**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2020.

CAMBRIDGE DICTIONARY (org). Betrayal. 2023b. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/betrayal>. Acesso em: 27 out. 2023.

CAMBRIDGE DICTIONARY (org). Bondage. 2023c. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/bondage>. Acesso em: 27 out. 2023.

CAMBRIDGE DICTIONARY (org). Fidelity. 2023a. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fidelity>. Acesso em: 27 out. 2023.

CAMBRIDGE DICTIONARY (org). Lift. 2023d. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/lift>. Acesso em: 27 out. 2023.

CEDU (ed.). **Conheça a fundo Michel Pêcheux: (1938 - 1983)**. 2023. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/cedu/fundo.php>. Acesso em: 27 out. 2023.

DUFOURMANTELLE, Anne; DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

DULCI, Tereza Maria Spyer. Decolonizando às Relações Internacionais na América Latina: novas agendas, objetos e atores. In: 17º CONGRESSO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: RESGATAR A DEMOCRACIA. REPENSAR A INTEGRAÇÃO., 2019, Foz do Iguaçu. **S.I** [...] Foz do Iguaçu: FoMerco, 2019. p. 1-16. Disponível em:

https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1571281115_ARQUIVO_af6ce3c76a7ac0c38a0b6b0fa3c22f51.pdf Acesso em: 25 jan. 2023

ESPANHOL, Carla de Oliveira. O PENSAMENTO DECOLONIAL COMO PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA NOS DEBATES TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. In: **6º ENCONTRO DA ABRI – PERSPECTIVAS SOBRE O PODER EM UM MUNDO EM REDEFINIÇÃO**, 2017, Belo Horizonte. Anais [...] Belo Horizonte: ABRI, 2017. p. 1-14. Disponível em: https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498419261_ARQUIVO_ARTIGOABRI2017-CarlaEspanhol.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

EXPROPRIAÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023a. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/expropriacao/>. Acesso em: 27 out. 2023.

FLUÊNCIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023b. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fluencia/>. Acesso em: 27 out. 2023.

GASPARINI, Edmundo Narracci. A língua na Análise do Discurso. **Revista da Anpoll**, [S.L.], v. 1, n. 39, p. 62-68, 31 dez. 2015. ANPOLL. <http://dx.doi.org/10.18309/anp.v1i39.904>. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/904/831>. Acesso em: 27 out. 2023.

GUIMARÃES, Daniela Mara Lima Oliveira. **Conhecimento linguístico**. 2023. Disponível em: [https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/conhecimento-linguistico#:~:text=O%20funcionamento%20de%20uma%20l%C3%ADngua,significado%20das%20palavras%20\(se m%C3%A2ntica\)](https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/conhecimento-linguistico#:~:text=O%20funcionamento%20de%20uma%20l%C3%ADngua,significado%20das%20palavras%20(se m%C3%A2ntica).). Acesso em: 27 out. 2023.

GOODREADS (ed.). **Babel**. 2023b. Disponível em: https://www.goodreads.com/book/show/57945316-babel?from_search=true&from_srp=true&qid=8llsYohptT&rank=1. Acesso em: 27 nov. 2023.

GOODREADS (ed.). **Yellowface**. 2023a. Disponível em: <https://www.goodreads.com/book/show/59357120-yellowface>. Acesso em: 27 out. 2023.

HERNANDES, Paulo. **Dica nº165**. 2008. Disponível em: <http://www.paulohernandes.pro.br/dicas/001/dica165.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

HOZÍĆ, Aida A. Introduction: The Aesthetic Turn at 15 (Legacies, Limits and Prospects). **Millennium - Journal of International Studies**, Londres, v. 42, n. 2, p. 201-205, dez. 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0305829816684253>>. Acesso em: 10 out. 2023.

KRENAK, Ailton. **A Vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUANG, R. F. **Babel: an arcane history**. London: Harpercollins, 2022. 542 p.

KUANG, Rebecca F.. **About**. 2023. Disponível em: <https://rfkuang.com/about/>. Acesso em: 27 out. 2023.

KUMON (org.). **Por que aprender inglês?** 2023. Disponível em: <https://www.kumon.com.br/blog/ingles1/por-que-aprender-ingles/>. Acesso em: 27 out. 2023.

LOWE, Lisa. Autobiography Out of Empire. **Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 98-111, 1 mar. 2009. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/07990537-2008-009>.

LOWE, Lisa; MANJAPRA, Kris. Comparative Global Humanities After Man: alternatives to the coloniality of knowledge. **Theory, Culture & Society**, [S.L.], v. 36, n. 5, p. 23-48, 19 jul. 2019. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0263276419854795>.

MBEMBE, Achille Joseph. Decolonizing the university: new directions. **Arts And Humanities In Higher Education**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 29-45, 19 jan. 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1474022215618513>.

MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 32, n. 94, p. 01, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>.

NEUMANN, Iver; NEXON, Daniel. **Harry Potter and International Relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

QUIJANO, Aníbal. COLONIALITY AND MODERNITY/RATIONALITY. **Cultural Studies**, [S.L.], v. 21, n. 2-3, p. 168-178, mar. 2007. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601164353>.

WELDES, Jutta. Popular Culture, Science Fiction, and World Politics: Exploring Intertextual Relations. In: WELDES, Jutta (ed.). **To Seek Out New Worlds: Science Fiction and World Politics**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

Apêndice A - Personagens citados nas sequências discursivas

Robin (Swift)	Protagonista, nascido em Cantão e levado à Inglaterra para traduzir a serviço da Coroa.
Ramy (Ramiz Mirza)	Melhor amigo do protagonista, nascido em Calcutá levado à Inglaterra para traduzir a serviço da Coroa.
Victoire (Desgraves)	Parte da turma de Robin, nascida no Haiti e filha de escrava, levada à Inglaterra, onde forjou documentos para se candidatar ao Instituto Real de Tradução. Ingressou junto aos outros três.
Letty (Letitia Price)	Inglesa de classe alta, convocada à Babel após a morte de seu irmão mais velho - o qual demonstrava menos aptidão do que a primeira à tradução.
Professor Lovell	Guardião (e pai) de Robin. Professor de etimologia no Instituto Real de Tradução, tinha um interesse especial na China e em sua língua, alegava que este Estado era uma peça chave para o futuro do Império Britânico.
Cathy (O’Neill)	Uma das veteranas de Robin, especialista em gaélico e parte da Sociedade de Hermes.
Anthony (Ribben)	Um dos veteranos de Robin e um dos poucos estudantes pretos do Instituto, responsável pelo discurso de boas-vindas de todos os anos. Parte da Sociedade de Hermes, Anthony forjou seu desaparecimento para que pudesse ser livre de Babel.
Professor Playfair	Professor de Teoria da Tradução do Instituto, é especialista nas línguas românicas e o responsável pelos “feitiços” de proteção da torre.
Griffin (Lovell)	Ex-estudante de Babel, onde nunca foi valorizado pois não tinha fluência em chinês após ser retirado muito novo de seu país natal. Parte da Sociedade de Hermes e meio irmão de Robin. Responsável pelo primeiro contato do protagonista com a resistência e acusado de matar a integrante mais habilidosa de seu <i>cohort</i> .
Sterling (Jones)	Sobrinho do famoso tradutor William Jones - responsável por traduzir leis hindus -, e estrela da faculdade. Integrante da mesma turma que Griffin.

Quadro elaborado pela autora, 2023.

Apêndice B - De-superficialização do corpus

Sequências Discursivas	Contexto rápido	Representação
<p>“Language was always the companion of empire, and as such, together they begin, grow, and flourish. And later, together, they fall.” Epígrafe, p. 3, capítulo 1.</p>		<p>Relação poder militar e língua dominante.</p>
<p>L: “There are those who think that the Adamic language might be English - might <i>become</i> English - purely because the English language has enough military might and power behind it to credibly crowd out competitors, but then we must also remember that it was barely a century ago that Voltaire declared that French was the universal language. (...) Dominant languages might keep a little staying power after their armies decline - Portuguese, for instance, has far outstayed its welcome - but they always fade from relevance eventually.” p. 115, capítulo 6.</p>	<p>Robin tem seu primeiro jantar com Professor Lovell após iniciar suas aulas em Oxford. O assunto discutido na mesa neste contexto é a possibilidade de uma “Língua de Adão”, entendida como a primeira língua, a língua de origem e perfeita, aquela na qual Adão nomeou todas as coisas. Aquela que, segundo os que a procuram, todos poderiam adotar.</p>	<p>Relação poder militar e língua dominante. Aquele que possui o maior poderio militar é aquele que fará de sua língua a dominante?</p>
<p>Le: “Oh, really? Because it seems to me that the fact that you’re here, enjoying an English education, is precisely what makes the English superior. Unless there’s a better language institute in Calcutta?” Ra: “There’s plenty of brilliant madrasas in India, what makes the English superior is guns. Guns, and the willingness to use them on innocent people.” p. 132, capítulo 7.</p>	<p>Em uma das conversas do grupo de amigos de Robin, Ramy reclama sobre o controle inglês na Índia e Letty rebate que há muitos indianos em cargos de autoridade, desde que sejam “qualificados” - leia-se desde que falem inglês e ajam como ingleses.</p>	<p>Relação poder militar e língua dominante.</p>

<p>C: “A great extinction event began the day Christopher Columbus set foot in the New World. Spanish, Portuguese, French, English - they’ve been edging out regional languages and dialects like cuckoo chicks. I think it’s not inconceivable that one day, most of the world will speak only English.” p. 384, capítulo 22.</p>	<p>Ao se encontrarem com a célula do grupo Hermes de Oxford, o grupo de Robin descobre que muitos dos estudantes de tradução com quem estudavam fazem parte e possuem um projeto especial: rastrear os idiomas e dialetos ainda falados ao redor do mundo. Cathy, especialista em gaélico é quem expõe sua frustração e previsões nesse trecho.</p>	<p>Línguas como passíveis de extermínio por meio da imposição de outra e/ou do genocídio de seus falantes. Inglês como a futura língua dominante.</p>
<p>Ra: “It’s not right what they’re doing to our countries. And it’s not right that I’m trained to use my languages for their benefit, to translate laws and texts to facilitate their rule (...)” p. 353, capítulo 20.</p>	<p>Esse trecho se passa na ocasião em que Victoire, Ramy e Robin tentam explicar à Letty porque devem tentar impedir a guerra.</p>	<p>Línguas originárias dos territórios dominados explorados como necessárias para o império.</p>
<p>R: “We use the languages of other countries to enrich this one. We take so much knowledge that isn’t ours. The least we can do is stop this from happening. It’s the only ethical thing.” p. 451 e 452, capítulo 26.</p>	<p>Ao tomar a torre de Babel com a maioria dos estudantes de tradução dentro dela, Robin tenta convencê-los das implicações do que fazem para a Coroa Britânica.</p>	<p>Língua como conhecimento.</p>
<p>“It was why Griffin and Anthony had been so confident in their struggle, why they were convinced the colonies could take on the Empire. Empire needed extraction. Violence shocked the system, because the system could not cannibalize itself and survive. The hands of the Empire were tied, because it could not raze that from which it profited. And like those sugar fields, like those markets, like those bodies of unwilling labour, Babel was an asset. Britain needed Chinese, needed Arabic and Sanskrit and all the languages of colonized territories to function. Britain could not hurt Babel without hurting itself. And so Babel alone, an asset denied, could grind the Empire to a halt.” p. 456, capítulo 26.</p>	<p>Robin, Victoire, professora Chakravati, professora Craft e outros quatro alunos estrangeiros permaneceram na torre após a suspensão forçada de seus trabalhos. Eles estavam certos de que a Coroa Britânica não poderia atacá-los diretamente por conta da importância do que ali era mantido, e também sabiam que não poderia ser ignorado já que seus serviços eram vitais ao Império.</p>	<p>Línguas dos territórios dominados e explorados como necessárias para a manutenção do Império.</p>

<p>“For how could there ever be an Adamic language? The thought now made him laugh. There was no innate, perfectly comprehensible language; there was no candidate, not English, not French, that could bully and absorb enough to become one. Language was just difference. A thousand different ways of seeing, of moving through the world. No; a thousand worlds within one. And translation - a necessary endeavour, however futile, to move between them.” p. 535, capítulo 33.</p>	<p>Prestes a destruir a torre com a ajuda de outros revolucionários, Robin relembra a discussão acerca de qual seria a língua digna de ser denominada a “Língua de Adão”.</p>	<p>Tradução como facilitadora de comunicação, aproximação e cooperação.</p>
<p>L: “Can you understand what I’m saying?” The boy wet his parched lips and uttered a response. Prof. Lovell shook his head. “English. Use your English” The boy’s throat burned. He coughed. “I know you have English.” Prof. Lovell’s voice sounded like a warning. “Use it.” p. 5, capítulo 1.</p>	<p>Prof. Lovell entrou há pouco na casa de Robin em Canton, onde encontrou o garoto doente e ao lado de sua mãe recém falecida, acometida pela mesma doença.</p>	<p>Língua inglesa como condição, num meio com outras possibilidades, para uma comunicação inteligível</p>
<p>“Still, Robin could not help but envy those boys - those born into this world, who uttered its codes as native speakers. (...) He wanted Pendennis’s life, not so much for its material pleasures - the wine, the cigars, the clothes, the dinners - but for what it represented: the assurance that one would always be welcome in England. If he could only attain Pendennis’s fluency (...)” p. 141, capítulo 8</p>	<p>Robin foi convidado a um encontro por estudantes ingleses ricos. A única finalidade de Elton Pendennis, o anfitrião, era esnober Robin. Mas, ao refletir sobre o curto tempo passado com esses estudantes, Robin percebe que o que ele inveja é a fluência destes e a facilidade com que são aceitos e acolhidos na Inglaterra.</p>	<p>A fluência na língua inglesa como caminho para se tornar nacional, pertencente.</p>
<p>A: “Translation agencies have always been indispensable tools of - nay the centres of - great civilizations.” pg. 73, capítulo 4.</p>	<p>Fala de Anthony no primeiro dia do grupo em Babel. É assim que o veterano inicia seu tour pela torre, e ainda dá o exemplo da “Secretaria de Interpretação das Línguas” criada por Charles V da Espanha em 1527, a fim de formar funcionários capazes de governar os territórios do Império. Prática que teria sido imitada pelos ingleses no começo do século XVII com a criação do Instituto Real de Tradução.</p>	<p>Tradução como ferramenta indispensável e central para qualquer civilização e para o projeto imperial e colonial.</p>

<p>P: “Translation, from time immemorial, has been the facilitator of peace. Translation makes possible communication, which in turn makes possible the kind of diplomacy, trade, and cooperation between foreign peoples that brings wealth and prosperity to all.” pg. 81, capítulo 4.</p>	<p>Aula de apresentação lecionada pelo professor Playfair, após o tour conduzido por Anthony.</p>	<p>Tradução como facilitadora de comunicação, aproximação e cooperação.</p>
<p>P: “(...) So you see, translators do not so much deliver a message as they rewrite the original. And herein lies the difficulty - rewriting is still writing, and writing always reflects the author’s ideology and biases. (...) So we must proceed from the starting assumption that distortion is inevitable. The question is how to distort with deliberation.” pg. 106, capítulo 6.</p>	<p>Aula introdutória de Teoria da Tradução lecionada pelo professor Playfair.</p>	<p>Tradução como algo complexo, incerto e arbitrário.</p>
<p>P: “But never forget the audacity of what you are attempting. Never forget that you are defying a curse laid by God.” R: “Do you mean, then, that our purpose here is to bring mankind closer together as well?” Professor Playfair cocked his head. “What do you mean by that?” R: “Well - since in the Bible, God split mankind apart. And I wonder if - if the purpose of translation, then, is to bring mankind back together. If we translate to - I don’t know, bring about that paradise again, on earth, between nations.” Professor Playfair looked baffled by this. But quickly his features reassembled into a sprightly beam. “Well, of course. Such is the project of empire - and why, therefore, we translate at the pleasure of the Crown.” p. 108, capítulo 6</p>	<p>Ainda na aula introdutória de Teoria da Tradução, o professor Playfair discute a aproximação que a tradução possibilita e segue evidenciando como traduzir não é um ofício simples quanto parece. Ao fim, ele, teatralmente, adiciona a história de Babel na Bíblia. A pergunta de Robin é uma tentativa desse personagem de encontrar uma justificativa nobre nos propósitos do Instituto Real de Tradução, já que Griffin estava mostrando a ele os ideais e convicções da Sociedade de Hermes. Pela reação do professor, pode-se notar sua surpresa e, logo depois, da apropriação da ideia o que, por sua vez, beneficia a imagem do Império Inglês.</p>	<p>Tradução como facilitadora de comunicação, aproximação e cooperação.</p>

<p>“The study meeting turned out much livelier than expected. Robin, who was used to reading his translations out loud to Mr Chester, who drolly corrected him as he went, was not anticipating such hearty debate over turns of phrase, punctuation, or how much repetition was too much. It quickly became apparent they had drastically different translation styles.” p. 124, capítulo 7.</p>	<p>O grupo (Letty, Victoire, Ramy e Robin) decidiram realizar encontros para comprar traduções de latim. Esta descoberta de que os encontros não seriam monótonos se refere à primeira experiência. “Senhor Chester” que é citado neste trecho foi o primeiro professor de latim de Robin, quando ainda morava com Prof. Lovell em sua casa de campo.</p>	<p>Tradução como algo complexo, incerto e arbitrário. Nunca perfeita.</p>
<p>“But what is the opposite of fidelity? Betrayal. Translation means doing violence upon the original, means warping and distorting it for foreign, unintended eyes. So then where does that leave us? How can we conclude, except by acknowledging that an act of translation is then necessarily always an act of betrayal?” p. 153, capítulo 8.</p>	<p>Um dos temas recorrentes nos estudos de tradução é a fidelidade ao original. Em sua aula, professor Playfair apresenta traição como o exato oposto de fidelidade.</p>	<p>Tradução como traição.</p>
<p>“The city of dreaming spires was no longer. Oxford’s degradation was visible – one could see it crumbling by the hour like a rotting gingerbread house. What became clear was how deeply Oxford relied on silver, how without the constant labour of its translation corps, of the talent it attracted from abroad, it immediately fell apart. It revealed more than the power of translation. It revealed the sheer dependence of the British, who, astonishingly, could not manage to do basic things like bake bread or get safely from one place to another without words stolen from other countries.” p. 471, capítulo 27.</p>	<p>Depois dos panfletos não darem certo, dos representantes da Sociedade de Hermes de Oxford terem sido assassinados e do grupo de Robin ter presenciado perdas esmagadoras, Robin e Victoire tomam o Instituto Real de Tradução e lá permanecem fechados juntamente com dois professores que apoiaram a causa e quatro outros alunos estrangeiros. Com a Torre tomada, eles anunciam greve e, com isso, toda e qualquer barra de prata que auxiliava no cotidiano da cidade e das proximidades não recebe a manutenção necessária, perdendo seu poder e efetividade. Assim, o país começava a sucumbir devido à paralisação das atividades de seu maior centro de tradução.</p>	<p>Tradução como ferramenta indispensável e central para qualquer civilização e para o projeto imperial e colonial.</p>

<p>P: “You’ve noticed by now, surely, that Babel alone among the Oxford faculties accepts students not of European origin. Nowhere else in this country will you find Hindus, Muslims, Africans, and Chinamen studying under the same roof. We accept you not despite, but because of your foreign backgrounds.’ Professor Playfair emphasized this last part as if it was a matter of great pride. ‘Because of your origins, you have the gift of languages those born in England cannot imitate. And you, like Psammetichus’s boys, are the tongues that will speak this vision of global harmony into being.” p. 81, capítulo 4.</p>	<p>Fim do discurso de introdução do professor Playfair. A história citada se refere ao rei egípcio Psammetichus o qual, após vencer uma guerra, envia garotos egípcios à sociedade de seu aliado para ali viver e aprender sua língua. Com isso, o rei visava garantir intérpretes fiéis a ele para que não houvesse mal-entendidos e para que ele tivesse um artifício a mais em relação ao outro. Os garotos eram escravos.</p>	<p>Estrangeiro como algo a ser estimado unicamente por sua condição de estrangeiridade, especificamente, por ter vivido em outra língua. No caso de Babel, essa estima se converte em valor econômico já que a estrangeiridade é estimada na produção de barras de prata as quais são vendidas a terceiros e as quais sustentam o Império Britânico. Estrangeiro como um mero recurso para os fins do Império.</p>
<p>“Then Robin realized what his place here was. He was not simply a student but a colleague, a rare native speaker capable of expanding the bounds of Babel’s scant existing knowledge. <i>Or a silver mine to be plundered</i>, said Griffin’s voice, though he pushed the thought away.”p. 110, capítulo 6.</p>	<p>Robin passa a ter aulas com o professor Chakravarti, as quais se aproximam de uma conversa exploratória. O intuito desses encontros era descobrir mais sobre a língua chinesa, o que cada uma das pequenas grafias significavam, de que forma a fala chinesa era diferente da escrita chinesa, e assim por diante.</p>	<p>Estrangeiro como algo a ser estimado unicamente por sua condição de estrangeiridade, especificamente, por ter vivido em outra língua. No caso de Babel, essa estima se converte em valor econômico já que a estrangeiridade é estimada na produção de barras de prata as quais são vendidas a terceiros e as quais sustentam o Império Britânico. Estrangeiro como um mero recurso para os fins do Império.</p>
<p>Ra: “(...) We’ve never needed their help, and they’ve only constructed that narrative out of a misplaced sense of superiority.” Le: “If you think that, then what are you doing in England?” Ra: “Learning, woman.” Le: “Ah, to acquire the weapons to bring down the Empire? You’re going to take some silver bars home and start a revolution, are you? Shall we march into Babel and declare your intentions?” Ra: “It’s not as simple as that” p. 131 e 132, capítulo 7.</p>	<p>Em uma das conversas do grupo de amigos de Robin, Ramy reclama sobre o controle inglês na Índia e Letty rebate que há muitos indianos em cargos de autoridade, desde que sejam “qualificados” - leia-se desde que falem inglês e ajam como ingleses.</p>	<p>Estrangeiro como devedor de agradecimento por ser acolhido pelo hospedeiro, o qual se diz superior e “mais desenvolvido”.</p>

<p>P: “Words have no meaning unless there is someone present who can understand them. And it can’t be a shallow level of understanding – you can’t simply tell a farmer what triacle means in French and expect that the bar will work. You need to be able to think in a language – to live and breathe it, not just recognize it as a smattering of letters on a page. This is also why invented languages will never work, and why ancient languages like Old English have lost their effect.”</p> <p>Ra: “That’s why we’re here. We’re already fluent.”</p> <p>P: “That’s why you’re here, Psammetichus’s boys. Wonderful, no, to hold such power by virtue of your foreign birth?” p. 159, capítulo 9.</p>	<p>Aula do professor Playfair em que ele explica o funcionamento das barras. Aqueles que nelas escrevem e depois as ativa, precisa ser fluente, no sentido mais profundo da palavra, no idioma ali usado.</p>	<p>Estrangeiro como algo a ser estimado unicamente por sua condição de estrangeiridade, especificamente, por ter vivido em outra língua. No caso de Babel, essa estima se converte em valor econômico já que a estrangeiridade é estimada na produção de barras de prata as quais são vendidas a terceiros e as quais sustentam o Império Britânico.</p> <p>Estrangeiro como um mero recurso para os fins do Império.</p>
<p>Babel did not mourn Anthony. The faculty did not so much as hold a memorial service. (...)</p> <p>Le: “It’s disgusting. Can you believe – I mean, a Babel graduate, and they just act like he was never here?”</p> <p>“Her distress belied a deeper terror, a terror which Robin felt as well, which was that Anthony had been expendable. That they were all expendable. That this tower – this place where they had for the first time found belonging – treasured and loved them when they were alive and useful but didn’t, in fact, care about them at all. That they were, in the end, only vessels for the languages they spoke.” p. 201, capítulo 11.</p>	<p>Professor Playfair deu a notícia de que Anthony havia desaparecido e, portanto, dado como morto por Babel de forma fria e direta.</p>	<p>Estrangeiro como algo a ser estimado unicamente por sua condição de estrangeiridade, especificamente, por ter vivido em outra língua. No caso de Babel, essa estima se converte em valor econômico já que a estrangeiridade é estimada na produção de barras de prata as quais são vendidas a terceiros e as quais sustentam o Império Britânico.</p> <p>Estrangeiro como um mero recurso para os fins do Império.</p>

<p>L: “You drink the champagne, Robin. You take your allowance. You live in your furnished room on Magpie Lane, you parade down the streets in your robes and tailored clothes, all paid for by the school, and yet you say all this money comes from blood. This does not bother you?”</p> <p>R: “It’s not just, it’s not fair—”</p> <p>L: “Fair. Suppose you invented the spinning wheel. Are you suddenly obligated to share your profits with everyone who still spins by hand?”</p> <p>R: “But that’s not the same—”</p> <p>L: “And are we obligated to distribute silver bars all around the world to backward countries who have had every opportunity to construct their own centres of translation? It takes no great investment to study foreign languages. Why must it be Britain’s problem if other nations fail to take advantage of what they have?” p. 262, capítulo 15.</p>	<p>Robin é pego depois de ajudar Ramy e Victoire a fugirem com barras de prata para a Sociedade de Hermes. Mais uma vez, Robin tenta argumentar com Lovell, demonstrar o quanto a estrutura que sustenta o Império Britânico e os demais é injusta.</p>	<p>Estrangeiro como devedor de agradecimento por ser acolhido pelo hospedeiro, o qual se diz superior e "mais desenvolvido".</p>
---	---	--

<p>R: “Fine. Let’s be honest with each other. I don’t agree with what Jardine & Matheson is doing in Canton. It’s wrong, it disgusts me—”</p> <p>L: “For heaven’s sake, it’s just a market. Don’t be childish.”</p> <p>R: “It’s a sovereign nation.”</p> <p>L: “It is a nation mired in superstition and antiquity, devoid of the rule of law, hopelessly behind the West on every possible register. It is a nation of semi-barbarous, incorrigibly backwards fools—”</p> <p>R: “It’s a nation of people. People you’re poisoning, whose lives you’re ruining.” (...)</p> <p>L: “You know what astounds me? How utterly ungrateful one can be.”</p> <p>This line of argument again. (...). Always this, the argument from bondage, as if his loyalties were shackled by privilege he had not asked for and did not choose to receive. (...) Did he owe Babel his loyalty because he had once believed its lies? p. 318, capítulo 18.</p>	<p>Com o estopim do conflito entre o governo chinês e as companhias inglesas, professor Lovell e os jovens tradutores embarcam de volta para Oxford. O professor logo questiona o que ele disse ao Comissário para que chegasse àquela situação, e Robin se expressa sinceramente. Novamente ele é confrontado com a narrativa de gratidão devida, e ele se pergunta se deve tal lealdade ao Império apenas porque acreditou em suas mentiras.</p>	<p>Estrangeiro nunca como igual, nem como cidadão pleno passível de receber o respeito ou de usufruir das mesmas coisas do que um nacional. Muitas vezes, o estrangeiro não é visto nem um ser moralmente autônomo, digno de respeito, empatia ou rivalidade. Estrangeiro como devedor de agradecimento por ser acolhido pelo hospedeiro, o qual se diz superior e "mais desenvolvido".</p>
<p>Ra: “How could you understand? Your people reap the fruits of the Empire. Ours don’t. So shut up, Letty, and just listen to what we’re trying to tell you. It’s not right what they’re doing to our countries. And it’s not right that I’m trained to use my languages for their benefit, to translate laws and texts to facilitate their rule, when there are people in India and China and Haiti and all over the Empire and the world who are hungry and starving because the British would rather put silver in their hats and harpsichords than anywhere it could do some good.” p. 353, capítulo 20.</p>	<p>Ao se refugiarem em uma das casas do professor Lovell, Robin, Victoire e Ramy vasculham suas cartas e encontram provas de que o conflito com a China era, há muito tempo, um evento ansiado pelas companhias inglesas e por professor Lovell. Enquanto discutem como levar essas provas à Sociedade de Hermes, Letty escuta a conversa e os questiona sobre a organização, seus propósitos e o que os amigos têm feito.</p>	<p>Estrangeiro constantemente punido por seus laços com sua pátria, agora munido de sua alteridade e livre da falsa gratidão, se coloca resistente às imposições e ações do hospedeiro contra ela (pátria). + de uma representação</p>

<p>R: “The university ripped us from our homes and made us believe that our futures could only consist of serving the Crown,” said Robin. “The university tells us we are special, chosen, selected, when really we are severed from our motherlands and raised within spitting distance of a class we can never truly become a part of. The university turned us against our own and made us believe our only options were complicity or the streets. That was no favour, Sterling. It was cruelty. Don’t ask me to love my master.” p. 416, capítulo 24.</p>	<p>Após a sede da Sociedade de Hermes em Oxford ser atacada e a maioria de seus integrantes ser morta, Robin foi levado à prisão onde foi torturado por Sterling Jones - filho de um tradutor renomado e também tradutor por Babel. Este novamente traz o discurso de gratidão devida.</p>	<p>Estrangeiro constantemente punido por seus laços com sua pátria, agora munido de sua alteridade e livre da falsa gratidão, se coloca resistente às imposições e ações do hospedeiro contra ela (pátria).</p>
<p>“Why could they not see how fortunate they were? To be allowed into these hallowed halls, to be lifted from their squalid upbringings into the dazzling heights of the Royal Institute of Translation! All of them had fought tooth and nail to win a seat in a classroom at Oxford. She was dazzled by her luck every day she sat in the Bodleian, thumbing through books that, without her Translator’s Privileges, she could not have requested from the stacks. Letty had defied fate to get here; they all had. So why wasn’t that enough? They’d beaten the system. Why in God’s name did they want so badly to break it as well? Why bite the hand that fed you? Why throw it all away?” p. 439, interlúdio.</p>	<p>Neste interlúdio, acompanhamos a trajetória de Letty, desde antes de Babel até sua traição. Letty dificilmente seria aceita em Babel nas condições da sociedade inglesa na época - por ser mulher - e, por isso, era demasiadamente agradecida por estar ali. Isto, juntamente às condições financeira e social privilegiadas de sua família, tornou difícil para a garota enxergar o motivo pelo qual seus colegas se viraram contra Babel e contra o Império Britânico.</p>	<p>Estrangeiro como devedor de agradecimento por ser acolhido pelo hospedeiro, o qual se diz superior e "mais desenvolvido".</p>

<p>R: “What did you imagine? That we would keep eating lemon biscuits together while this country declared war on our motherlands?”</p> <p>Le: “They’re not your motherlands. They don’t have to be.”</p> <p>V: “They do have to be, because we’ll never be British. How can you still not understand? That identity is foreclosed to us. We are foreign because this nation has marked us so, and as long as we’re punished daily for our ties to our homelands, we might as well defend them. No, Letty, we can’t maintain this fantasy. The only one who can do that is you.” p. 519, capítulo 32.</p>	<p>Letty é admitida na torre após pedir uma trégua na tentativa de chegar a um acordo com os tradutores. Curioso ela afirmar que as pátrias de seus amigos não precisam aquelas, mas em momento algum do livro os ingleses permitiram que eles se sentissem em casa na Inglaterra, mesmo falando sua língua e passando a maior parte de suas vidas ali.</p>	<p>Estrangeiro constantemente punido por seus laços com sua pátria, agora munido de sua alteridade e livre da falsa gratidão, se coloca resistente às imposições e ações do hospedeiro contra ela (pátria).</p>
---	---	---

Quadro elaborado pela autora, 2023.

Apêndice C - Sequências discursivas traduzidas

SD1: “A língua sempre foi companheira do império e, como tal, juntos começam, crescem e florescem. E, mais tarde, juntos, eles caem.” (Epígrafe, capítulo 1, p. 3, tradução nossa).

SD2: “Há aqueles que pensam que a língua adâmica pode ser o inglês - pode se tornar inglês - puramente **porque o inglês possui capacidade militar e poder suficientes para sabotar seus concorrentes, (...). Línguas dominantes podem permanecer proeminentes por um breve período após o declínio de seus exércitos (...)** mas elas sempre perdem relevância eventualmente.” (Professor Lovell, p. 115, capítulo 6, tradução nossa).

SD3: “Ah, sério? Porque me parece que o fato de você estar aqui, desfrutando de uma educação inglesa, é precisamente o que **faz do inglês superior**. A não ser que haja um instituto de línguas melhor em Calcutá?” “Existem várias *madrasas* brilhantes na Índia, **o que faz o inglês ser superior são armas. Armas e a inclinação de usá-las em pessoas inocentes.**” (Letty e Ramy, p.132, capítulo 7, tradução nossa).

SD4: “**Uma grande extinção se iniciou** no dia em que Cristóvão Colombo pisou no Novo Mundo. Espanhol, português, francês, inglês - **essas línguas estão eliminando linguagens e dialetos regionais** como se fosse filhotes de cuco. **Acho que não é inconcebível que um dia a maior parte do mundo fale apenas inglês.**” (Cathy, p. 384, capítulo 22, tradução nossa).

SD5: “Não é certo o que eles estão fazendo com nossos países. E **não é certo que eu seja treinado para usar meu idioma para o benefício deles, para traduzir leis e textos que facilitem seu governo (...)**” (Ramy, p. 353, capítulo 20, tradução nossa).

SD6: “**Nós usamos os idiomas de outros países para enriquecer este**. Levamos tanto conhecimento que não é nosso. O mínimo que podemos fazer é impedir que isso continue acontecendo. É a única coisa ética a se fazer.” (Robin, p. 451 e 452, capítulo 26, tradução nossa).

SD7: “Era por isso que Griffin e Anthony estavam tão confiantes em sua luta, **por isso estavam convencidos de que as colônias poderiam enfrentar o Império. O Império precisava de extração (...)** As mãos do Império estavam atadas, porque **não poderia destruir aquilo com que lucrava. E, como aqueles campos de açúcar, como aqueles mercados, como aqueles trabalhadores relutantes, Babel era um recurso. A Grã-Bretanha precisava da língua chinesa, precisava do árabe e do sânscrito e de todos os idiomas dos territórios colonizados para funcionar.**” (p. 456, capítulo 26, tradução nossa).

SD8: “Você consegue entender o que estou dizendo?” O garoto molhou os lábios ressecados e deu uma resposta. Prof. Lovell balançou a cabeça. “Em inglês. **Use o seu inglês.**” A garganta do menino queimava. Ele tossiu. “**Eu sei que você sabe inglês.**” **A voz do Prof. Lovell soava como um aviso.** “Use-o”. (p. 5, capítulo 1, tradução nossa).

SD9: Mesmo assim, Robin não Still, Robin não podia deixar de invejar aqueles meninos - **aqueles nascidos neste mundo, que proferiram seus códigos como falantes nativos. (...)** Ele queria a vida de Pendennis, não tanto pelos prazeres materiais (...) mas pelo que representava: a garantia de que alguém seria sempre bem-vindo na Inglaterra. **Se ele ao menos pudesse atingir a fluência de Pendennis (...).** (p. 141, capítulo 8, tradução nossa).

SD10: “Agências de tradução sempre foram ferramentas indispensáveis de - não, os centros de - grandes civilizações.” (Anthony, p. 73, capítulo 4, tradução nossa).

SD11: “Tradução, desde tempos imemoriais, tem sido **a facilitadora da paz**. A tradução **torna a comunicação possível**, o que, por sua vez, torna possível a diplomacia, o comércio e a cooperação entre povos estrangeiros, o que traz prosperidade para todos.” (Professor Playfair, p. 81, capítulo 4, tradução nossa).

SD12: “Bem - já que, na Bíblia, Deus separou a humanidade. E eu me pergunto se - **se o propósito da tradução, então, é reunir a humanidade novamente**. Se nós traduzimos para - eu não sei, construir esse paraíso de novo, na terra, entre as nações.” (Robin, p. 108, capítulo 6, tradução nossa).

SD13: O que ficou evidente foi o **quão profundamente Oxford dependia da prata, como que, sem o trabalho constante do seu corpo de tradução, dos talentos que atraiu de fora, desmoronou imediatamente**. Revelava mais que o poder da tradução. Revelava a dependência completa dos britânicos, que, surpreendentemente, não conseguiam fazer coisas básicas como assar pão ou viajar com segurança de um lugar para outro sem palavras roubadas de outros países. (p. 471, capítulo 27, tradução nossa).

SD14: A linguagem era apenas diferença. Mil maneiras diferentes de ver, de se mover no mundo. Não, mil mundos dentro de um. **E a tradução - um esforço necessário, embora fútil, para mover-se entre eles**. (p. 535, capítulo 33, tradução nossa).

SD15: “(...) Então vocês veem, tradutores não apenas entregam uma mensagem, **eles reescrevem a original**. E aqui está a dificuldade - reescrever ainda é escrever, e **a escrita sempre reflete a ideologia e os preconceitos do autor**. (...) Devemos proceder, portanto, partindo do entendimento de que **a distorção é inevitável. A questão é como distorcer com deliberação**.” (Professor Playfair, p. 106, capítulo 6, tradução nossa).

SD16: A reunião de estudo acabou sendo muito mais animada do que o esperado. Robin (...) não estava esperando **debates tão calorosos em relação a mudanças de frase, pontuação ou quanta repetição era demais. Rapidamente ficou evidente que eles tinham estilos de tradução drasticamente diferentes**. (p. 124, capítulo 7, tradução nossa).

SD17: “**Mas qual é o oposto de fidelidade? Traição. Traduzir significa violentar o original, significa alterá-lo e distorcê-lo para olhos estranhos para os quais não era destinado**. Onde isso nos deixa? Como podemos concluir, exceto reconhecendo que um ato de tradução é sempre, necessariamente, um ato de traição?” (Professor Playfair p. 153, capítulo 8, tradução nossa).

SD18: “Vocês já perceberam, com certeza, que Babel é a única entre as faculdades de Oxford que aceita não-europeus como estudantes. Em nenhum outro lugar do país vocês encontrarão hindus, muçulmanos, africanos e chineses estudando sob o mesmo teto. **Nós aceitamos vocês não apesar, mas por causa de sua origem estrangeira**.” Professor Playfair enfatizou essa última parte como se fosse motivo de muito orgulho. “Por causa das suas origens, vocês têm o dom de línguas que aqueles nascidos na Inglaterra não conseguem imitar.” (p. 81, capítulo 4, tradução nossa).

SD19: Então Robin percebeu qual era o seu lugar ali. **Ele não era simplesmente um estudante, mas sim um colega, um raro falante nativo capaz de expandir os limites do escasso conhecimento de Babel. Ou uma mina de prata a ser saqueada**, disse a voz de Griffin (...). (p. 110, capítulo 6, tradução nossa).

SD20: “Palavras não têm significado a não ser que haja alguém presente que possa compreendê-las. E não pode ser um nível superficial de compreensão (...). **Você precisa ser capaz de pensar em um idioma - vivê-lo, respirá-lo, não apenas reconhecê-lo como um punhado de letras numa página**. (...)” “**Esse é o motivo de estarmos aqui. Já somos fluentes**.” “Esse é o motivo de vocês estarem aqui, garotos de Psamético. **Não é maravilhoso ter tal poder em virtude de seu nascimento estrangeiro?**” (Professor Playfair e Ramy, p.

159, capítulo 9, tradução nossa).

SD21: Sua angústia desmentia um terror mais profundo, um terror que Robin também sentia, que era o de que **Anthony havia sido dispensável. Que todos eles eram dispensáveis.** Que esta torre - esse lugar onde eles, pela primeira vez, encontraram pertencimento - **os valorizava e os amava enquanto vivos e úteis, mas, na verdade, não se importava com eles. Que eles eram, no fim das contas, apenas recipientes para os idiomas que falavam.** (p. 201, capítulo 11, tradução nossa).

SD22: “O que você imaginou? Que continuaríamos comendo biscoitos de limão juntos enquanto este país declarava guerra às nossas pátrias?” “Elas não são suas pátrias. Elas não precisam ser.” “Elas têm que ser, porque nunca seremos britânicos. Como você ainda não consegue entender? Essa identidade não é possível para nós. **Nós somos estrangeiros porque essa nação nos marcou como tal e, já que somos punidos diariamente por nossos laços com nossa terra natal, podemos muito bem defendê-la.**” (Robin, Letty, Victoire, p. 519, capítulo 32, tradução nossa).

SD23: “(...) Nós nunca precisamos da ajuda deles, e eles apenas **construíram essa narrativa a partir de um sentimento equivocado de superioridade.**” “Se você pensa assim, o que está fazendo na Inglaterra?” “Aprendendo, mulher[!]” “Ah, para adquirir armas para derrubar o Império? Você vai levar algumas barras de prata para casa e começar uma revolução, não é? Devemos marchar até Babel e declarar suas intenções?” “Não é tão simples assim” “Ah, sério? **Porque me parece que o fato de você estar aqui, desfrutando de uma educação inglesa, é precisamente o que faz do inglês superior.** A não ser que haja um instituto de línguas melhor em Calcutá?” (Ramy e Letty, p. 131 e 132, capítulo 7, tradução nossa).

SD24: “**Você bebe o champanhe, Robin. Você recebe sua bolsa.** Você mora em seu quarto mobiliado na Magpie Lane, desfila pelas ruas com seus roupões e roupas sob medida, tudo pago pela escola, e **mesmo assim você diz que todo esse dinheiro vem de sangue. Isso não o incomoda?**” “Não é só, não é justo -” “**E nós somos obrigados a distribuir barras de prata a países atrasados os quais tiveram toda oportunidade para construir seus próprios centros de tradução?** Não é necessário um grande investimento para estudar línguas estrangeiras. **Por que tem que ser problema da Grã-Bretanha o fato de que as outras nações falharam em aproveitar o que têm?**” (Professor Lovell e Robin, p. 262, capítulo 15, tradução nossa).

SD25: “Sabe o que me surpreende? **O quão ingrato alguém pode ser.**” Essa linha de argumento de novo. (...). Sempre isso, **o argumento de servidão, como se suas lealdades fossem algemadas por privilégios que ele não pediu e não escolheu receber.** (...) Ele devia a Babel sua lealdade porque acreditou uma vez em suas mentiras?” (Professor Lovell, p. 318, capítulo 18, tradução nossa).

SD26: **Por que eles não enxergavam o quão afortunados eram?** Autorizados a entrar nestes salões sagrados, **elevados de sua educação miserável para as alturas deslumbrantes do Instituto Real de Tradução!** Todos eles tinham lutado com unhas e dentes para ganhar uma vaga em uma sala de aula em Oxford. (...) Letty tinha desafiado o destino para chegar ali; todos eles tinham. Então por que isso não era o suficiente? Eles tinham vencido o sistema. Por que, em nome de Deus, eles queriam tanto quebrá-lo também? **Por que morder a mão que os alimentara?** Por que jogar tudo fora? (p. 439, interlúdio de Letty, tradução nossa).

SD27: “Tudo bem. Vamos ser honestos um com o outro. **Eu não concordo com o que Jardine & Matheson estão fazendo em Cantão. É errado, me dá nojo -**” “Pelo amor de deus, é apenas um mercado. Não seja infantil.” “**É uma nação soberana.**” “É uma nação atolada na superstição e na antiguidade, desprovida do estado de direito, irremediavelmente atrás do Ocidente em todos os registros possíveis. É uma nação de tolos semibárbaros e incorrigivelmente atrasados -” “**É uma nação de pessoas.** Pessoas que vocês estão

envenenando, cujas vidas vocês estão arruinando.” (Robin e Professor Lovell, p. 318, capítulo 18, tradução nossa).

SD28: “Como você poderia entender? Seu povo colhe os frutos do Império. Os nossos não. Então fique quieta Letty, e escute o que estamos tentando dizer a você. Não é certo o que eles estão fazendo com nossos países. **Não é certo que eu seja treinado para usar meu idioma para o benefício deles, para traduzir leis e textos que facilitem seu governo,** quando há pessoas quando há pessoas na Índia, na China e no Haiti e em todo o Império e no mundo que estão famintas e morrendo de fome porque os britânicos preferem colocar prata em seus chapéus e cravos do que em qualquer lugar onde isso possa fazer algum bem.” (Ramy, p. 353, capítulo 20, tradução nossa).

SD29: “A universidade nos arrancou de nossas casas e nos fez acreditar que nosso futuro consistia apenas em servir a Coroa, a universidade diz que somos especiais, escolhidos, selecionados, quando na verdade **fomos separados de nossas pátrias e criados a uma curta distância de uma classe da qual nunca poderemos realmente fazer parte. A universidade nos colocou contra os nossos e nos fez acreditar que nossas únicas opções eram a cumplicidade ou as ruas.** Não houve nenhum favor, Sterling, foi crueldade. **Não me peça para amar meu mestre.**” (Robin, p. 416, capítulo 24, tradução nossa).

SD30: “O que você imaginou? Que continuaríamos comendo biscoitos de limão juntos enquanto este país declarava guerra às nossas pátrias?” “Elas não são suas pátrias. Elas não precisam ser.” “Elas têm que ser, porque nunca seremos britânicos. Como você ainda não consegue entender? Essa identidade não é possível para nós. **Nós somos estrangeiros porque essa nação nos marcou como tal e, já que somos punidos diariamente por nossos laços com nossa terra natal, podemos muito bem defendê-la.**” (Robin, Letty, Victoire, p. 519, capítulo 32, tradução nossa).